

## DOIS MESES DEPOIS DAS INUNDAÇÕES A ÚNICA COISA QUE O GOVERNO FEZ FOI MENTIR

A acção do Governo Soares/Mota Pinto face às inundações de Novembro é um lamaçal de mentiras e inépcia. Na Assembleia da República, a servil maioria PS/PSD derrotou a proposta do PCP para constituição de uma comissão parlamentar (pág. 3) enquanto Eduardo Pereira mente escandalosamente, o governador civil de Lisboa desenvolve sórdidas manobras de baixa política à custa de situações trágicas a que só as autarquias acorrem (Suplemento)



## JUVENTUDE COMUNISTA

As posições da JCP sobre a aprendizagem e formação profissional, subsídio aos jovens candidatos ao primeiro emprego, serviço militar e objecção de consciência

II Conferência Nacional do Ensino Superior e Assembleias das Organizações Regionais do Porto e do Algarve já têm datas marcadas

Pág. 6

**Nota  
da Comissão Política  
do CC do PCP  
sobre a questão do aborto**

Pág. 2

**POR UMA VIDA  
MELHOR  
NOVA  
POLÍTICA  
NOVO  
GOVERNO**

\*

**CRESCER  
A ADESÃO  
ÀS JORNADAS  
DA CGTP-IN  
DE 26 A 28**

Pág. 7



Foi necessário instalar aparelhagem sonora para o exterior, na SFUAP: já não havia lugares na sala na sessão do passado sábado.

## COM O PCP - CONTINUAR ABRIL

Milhares de iniciativas em todo o País assinalaram a Jornada Nacional de Esclarecimento sobre as conclusões do X Congresso do PCP. Na SFUAP, na Cova da Piedade, mais de 3000 pessoas assistiram, no sábado à noite, a uma sessão de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal - Págs. 3, 4 e 5

## SEMANA

11

Quarta-feira



O grupo parlamentar do PS decide apresentar o seu projecto sobre o aborto no próximo dia 18, após reunião com Mário Soares que tentou adiar a questão por vários meses conforme pretendia o PSD. Um despacho do Ministério da Administração Interna atribui aos onze municípios afectados pelas cheias de Novembro a verba total de 9 mil contos, quando os prejuízos estão estimados em cerca de 4 milhões de contos. O réu do processo de Montechoro foi condenado a três anos de prisão por utilização de passaporte falso, não tendo sido provada a acusação de assassínio de Issam Sartawi que lhe era imputada. É divulgado o relatório Kissinger sobre a América Central, onde se propõe a continuação da escalada agressiva dos EUA naquela região. O ex-presidente Bignone, da Argentina, é preso sob a acusação de ter dado cobertura aos crimes do "resquadro da morte". Os países da NATO reunidos em Bruxelas reafirmam o apoio ao prosseguimento da instalação de mísseis na Europa Ocidental.

12

Quinta-feira



O Conselho de Ministros decide extinguir a Gelmar, que conta quase com mil trabalhadores, fixando em dois meses o prazo para reclamação de créditos, e em cinco dias para a designação de uma comissão liquidatária. Os sindicatos da construção civil aprovam uma greve para o próximo dia 26, visando desbloquear o problema da contratação no sector e em protesto contra a política do Governo. Delegações oficiais de Portugal e Espanha iniciam em Madrid negociações sobre as relações comerciais entre os dois países. Jaime Gama reúne no Koweit com empresários e banqueiros daquele país, interessados em investir em Portugal. A convite do governo soviético, parte para Moscovo Wailid Jumblatt, presidente do PSP do Líbano. A Nigéria solicita ao FMI o adiamento das negociações para novos empréstimos. O primeiro-ministro chinês afirma em Washington ser impossível uma aliança estratégica global entre os EUA e a China, devido às divergências no domínio da política externa.

13

Sexta-feira

A CGTP-IN acusa o Governo de «manter a aplicação de um diploma inconstitucional» ao não publicar a declaração de inconstitucionalidade da taxa moderadora de 25\$00 sobre os medicamentos, aprovada há dois meses pelo Tribunal Constitucional. A CT do Banco Borges & Irmão envia uma carta ao Governo denunciando a existência de fortes indícios de corrupção na gestão daquela instituição nacionalizada. «A Juventude Socialista atravessa a sua mais grave crise política e organizativa», reconhece uma moção apresentada ao V Congresso Nacional da JS. As forças norte-americanas no Líbano voltam a bombardear bairros de Beirute, numa pretensa acção contra os combatentes patriotas libaneses. O Comité Central da Fatah pede a convocação do Conselho Nacional Palestino para uma reunião em Fevereiro, em Argel; começa entretanto em Rabat a conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países islâmicos. A Nicarágua desmente a versão dos EUA sobre o helicóptero americano abatido pelos sandinistas na quarta-feira quando violou o espaço aéreo do seu país; Washington chama «voz de rotina» a actividades de espionagem.

14

Sábado



Mota Amaral defende a ruptura da coligação PS/PSD caso seja aprovado o projecto do PS sobre a despenalização do aborto. No almoço comemorativo do 3.º aniversário da sua reeleição, Ramalho Eanes afirma que «há razão para novos partidos numa sociedade onde nem tudo funciona satisfatoriamente». Milhares de pessoas protestam junto da Câmara de Orlhão contra as demolições de casas na Ria Formosa. O Papa João Paulo II pronuncia-se a favor da independência da Namíbia, num encontro com os representantes do corpo diplomático acreditado no Vaticano. Morre o líder das milícias fascistas libanesas, Saad Haddad, vítima de cancro. O Partido Comunista do Chile propõe a realização de uma greve geral em Março, no âmbito da luta pelo derrube da ditadura.

15

Domingo

A CGTP-IN denuncia a ofensiva contra os activistas sindicais, que só no ano passado esteve na origem da suspensão ou do despedimento de mais de uma centena de sindicalistas. Os moradores da Ria Formosa conseguem uma vitória ao forçar os poderes públicos a suspender as demolições de casas até dia 27, esperando que entretanto se encontrem soluções para o ordenamento da área. O PS dos Açores critica o Governo Regional pelas facilidades concedidas aos EUA que transformam o arquipélago numa «zona integralmente militarizada». Segundo o Instituto de Estatística francês, até 1988, em França, aumentará o desemprego, diminuirá o poder de compra e subirão os impostos. O Partido Comunista da Bolívia anuncia que se está a desenvolver esforços para a formação de um governo unitário no país.

16

Segunda-feira

Nunca o custo de vida aumentou tanto como no primeiro ano de Governo PS/PSD, afirma a CGTP, que cita dados do INE revelando que entre Dezembro de 1982 e Novembro de 1983 os preços subiram 28,7 por cento; a Central Sindical alerta que em 1984 a situação ainda será mais grave. O ministro Jaime Gama parte para Estocolmo onde assistirá à Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. O Banco de Portugal informa que o escudo teve o ano passado uma desvalorização de 20,3 por cento, embora em relação ao dólar a depreciação tenha sido de 39 por cento. Angola afirma que as tropas da racista África do Sul ainda ocupam território angolano, ao contrário do que uma orquestrada campanha procura fazer crer. O «Washington Post» assegura que a Arábia Saudita está a armazenar petróleo em navios, temendo que a guerra Irão-Iraque provoque um bloqueio do Golfo. A ONU aprova por unanimidade um apelo à África do Sul para que cumpra a pena de morte contra Malesse Molise, do ANC.

17

Terça-feira

O Governo PS/PSD aprecia o anteprojecto de lei sobre as rendas de casa que prevê aumentos até 300 por cento em Lisboa e Porto, nos contratos anteriores a 1960; para os novos contratos a renda passa a aumentar anualmente, ao ritmo da inflação. A CGTP-IN reclama «uma nova política e um novo Governo» e apela à participação de todos os «democratas e patriotas» nas manifestações convocadas para o próximo dia 28. A JS exige a demissão do ministro da Educação. Azevedo Soares do CDS, admite que a questão do aborto pode levar o seu partido a apresentar uma moção de censura ao Governo. Pérez de Cuellar anuncia em Casablanca ter proposto ao Conselho de Segurança da ONU uma conferência internacional sobre o Médio Oriente. Moçambique e África do Sul debatem em Pretória medidas de segurança para ambos os países.

## Editorial

## A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA E O MOVIMENTO DE MASSAS

A situação política nacional atingiu um ponto de saturação que não pode prolongar-se demasiado. Em aspectos dos mais sensíveis é uma situação que se abelha da ruptura.

Qualquer português minimamente informado se dá conta disso. É imperioso pôr-lhe cobro.

A crise económica e financeira, a guerra social contra os trabalhadores e contra as classes e camadas intermédias da população, a desestabilização das instituições são o produto das motivações de classe, do projecto político e do carácter antipopular e irresponsável da direita governante agora capitaneada pelo secretário-geral do PS, Mário Soares.

Aprofundam-se as contradições entre a clique governante e o povo, novos factores de agravamento proliferam nos campos mais diversos, os portugueses interrogam-se ansiosos sobre o dia de amanhã.

A necessidade de pôr um dique a este processo de degradação que aponta ao desastre avoluma-se cada dia ao mesmo tempo que a correlativa questão da alternativa democrática de política e de governo assume primacial importância.

Os comunistas não são profetas da desgraça. Para nós a destruição e a superação do velho estão intrinsecamente ligadas à construção do novo. E a construção do novo está ao alcance do nosso povo.

«Continuar Abril» não foi uma simples legenda do nosso X Congresso mas uma consigna para a acção. Significa a convicção profunda dos comunistas de que as transformações políticas, económicas, sociais e culturais operadas pela revolução democrática de Abril de 74 são indestrutíveis, de que essas grandes conquistas populares da democracia portuguesa resistirão vitoriosamente à prova da vida e do tempo, ao feroz assalto da contra-revolução dirigida no momento actual e a nível do Governo pela dupla Soares/Mota Pinto.

Significa também uma inabalável confiança na força das instituições democráticas, nas potencialidades e capacidade do nosso movimento operário, popular e democrático para travar e inverter o processo da contra-revolução e para restabelecer o curso da vida nacional nos caminhos riosos de Abril.

A alternativa à política antipopular e antinacional do Governo Soares/Mota Pinto foi desenvolvida na tribuna do Congresso; nas Teses; no Relatório do CC apresentado pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal; nas comunicações e intervenções dos delegados; na Resolução Política final.

O que foi levado à tribuna do X Congresso e o que dele saiu não pretende ser matéria acabada mas uma contribuição fundamentada e superior para um debate nacional que urge fazer-se, propostas políticas ao povo português, às forças democráticas e progressistas e a todos os patriotas que aspiram à elevação das condições de vida do nosso povo, ao progresso económico e social do nosso país.

Alternativa a que política?

A que, sob a direcção de Soares, submete a nossa Pátria e as camadas populares mais desfavorecidas aos interesses do imperialismo e dos monopólios, aos interesses parasitários de meia dúzia de famílias poderosas a quem a Revolução de Abril, magnânima, deixou ainda vastos recursos e que sob os governos da recuperação capitalista, inaugurada em 1976 com o governo PS, têm podido reconstituir fortunas imorais, reganhar muitas das posições perdidas quer na influência política, quer na actividade económica, quer no aparelho de Estado.

Ministros, secretários de Estado, directores-gerais, gestores de empresas públicas e nacionalizadas e outros

respeitáveis cavalheiros do antigamente ou os seus herdeiros têm socavado e sabotado o regime democrático, a democracia política e o promissor embrião de democracia económica representada pelas nacionalizações, a Reforma Agrária e um sector cooperativo e autogestionário de novo tipo, abertos à participação responsável, consciente e activa dos trabalhadores.

A crise que toda esta gente e tais governos provocaram ao longo do processo contra-revolucionário e cujo peso atiram fundamentalmente sobre as costas do povo trabalhador é o resultado de uma refinada política de classe de refinados inimigos de Abril que sonham o retorno ao passado, mesmo que assumam o carácter de uma nova ditadura reaccionária naturalmente adaptada às novas condições.

A alternativa política que propomos e que interessa à democracia portuguesa assenta na defesa dos interesses basilares dos trabalhadores e do povo, na mobilização dos recursos nacionais e das energias criadoras dos portugueses, numa política patriótica capaz de abrir o caminho à solução da crise e ao desenvolvimento económico e social do País.

É uma saída da crise que repele as soluções monetaristas dos Friedman e dos tecnocratas da direita, o recurso aos usuários estrangeiros do FMI, a submissão aos monopólios da CEE e à ditadura do dólar, a rampa escorregadia e crescente do endividamento externo que nos arasta inexoravelmente para a perda da independência nacional.

A saída da crise, no estado agudo a que a conduziram os governos da recuperação capitalista — em particular o Governo Soares/Mota Pinto —, exige de facto uma política de austeridade, não a austeridade do «aperta-o-cinto» para os trabalhadores, a que faz tombar sobre o mundo do trabalho e os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais o peso esmagador e iniquo da carga fiscal, mas a que resulte de uma criteriosa supressão das importações sumptuárias e supérfluas e do fomento da produção no máximo possível de produtos nacionais de substituição de variada gama num projecto de desenvolvimento adequado às condições do País.

Nos últimos dias, só pela nova subida especulativa do dólar a dívida externa de Portugal aumentou em mais de 60 milhões de contos; de Dezembro de 82 a Dezembro de 83 os preços aumentaram 28,7% enquanto que os salários, com aumentos inferiores a 20%, perderam efectivamente mais do que os 5% do seu valor real exigidos pelo FMI.

O cancro do desemprego e dos salários em atraso e da falência de empresas continua em escalada galopante. É o próprio ministro do Trabalho que vem agora confirmar o que os comunistas e os trabalhadores de há muito vêm denunciando, isto é, que muitos dos altos patrões que não pagam salários, que retêm as contribuições para a previdência social e para o fundo do desemprego, utilizam toda esta massa monetária em especulações mais lucrativas.

A alternativa política que propomos é, em primeiro lugar, o repúdio prévio, aberto e total desta política anti-social e antinacional.

E que alternativa de Governo?

É sobre a base da natureza de classe da política do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD, com a colaboração aberta ou assolapada do CDS, e da natureza social dos sectores afectados por essa política que o X Congresso do PCP avançou a proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional capaz de levar à prática isso mesmo: uma política democrática de salvação nacional.

## Nota da Comissão Política sobre a questão do aborto

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP examinando as circunstâncias que rodeiam o próximo debate e votação na Assembleia da República dos três projectos de lei do PCP sobre a maternidade, o planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez, que terá lugar nos próximos dias 25 e 26 de Janeiro, bem como o significado e o conteúdo do projecto de lei sobre o aborto há dias apresentado pelo PS, definiu a posição de voto a adoptar em relação a este Projecto, pelo Grupo Parlamentar do PCP.
2. A Comissão Política do CC do PCP salienta que a apresentação de três projectos de lei que no conjunto versam as mais importantes questões que respeitam à maternidade no plano legislativo, como acontece com os projectos de lei sobre a defesa da maternidade, o planeamento familiar e a educação sexual e a interrupção voluntária da gravidez, corresponde à necessidade de fazer justiça a aspirações há muito acalentadas pelo nosso povo, consagrar direitos fundamentais da mulher portuguesa e criar as condições legais para uma maternidade livre, consciente e feliz.
3. O projecto de lei que consagra a legalização da interrupção voluntária da gravidez (legalização do aborto) despertou um grande interesse da opinião pública e mau grado as campanhas em contrário suscitou um vasto movimento de simpatia e apoio entre as mulheres portuguesas, as forças democráticas e os sectores progressistas da nossa sociedade. Com efeito, o projecto do PCP apresenta-se como a forma adequada de revogar uma legislação proibitiva e duramente repressiva que na essência data de há mais de um século, de sanear a situa-

## Delegação do PCP em Cuba

Encontra-se desde anteontem na República Socialista de Cuba uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Jorge Araújo, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

No aeroporto de Lisboa, momentos antes da sua partida, o camarada Álvaro Cunhal fez uma breve declaração ao «Avante!» sobre os objectivos da viagem:

«Trata-se da visita de uma delegação do nosso Comité Central a Cuba socialista, a convite do Partido Comunista Cubano.

«Esta visita, além de todo o nosso interesse na troca de impressões com os camaradas cubanos e no conhecimento directo da realidade cubana, tem

particular significado no momento actual, dadas as ingerências, agressões e ameaças do imperialismo norte-americano na América Central e na zona das Caraíbas».

E mais adiante, afirmou o secretário-geral do PCP:

«Nós somos firmemente solidários para com Cuba revolucionária, para com os povos da Nicarágua, Salvador e outros povos da América Latina, e vamos levar-lhes nesta visita a expressão da activa solidariedade dos comunistas portugueses».

ção hipócrita actualmente existente em que se mantém uma proibição legal que não só é generalizadamente desrespeitada mas que é até motivo de um comércio repugnante: constitui, sobretudo, o modo eficaz de pôr termo ao flagelo do aborto clandestino maciçamente praticado em condições indignas e que, na maioria dos casos, põe em perigo a saúde e a vida da mulher.

Assim, o projecto do PCP estabelece que a interrupção voluntária da gravidez será feita em serviços de saúde públicos ou privados até à 12.ª semana e para dar resposta a 4 tipos de situações: primeira, quando a vida da mulher correr perigo; segunda, se se tratar de violação ou outro crime sexual; terceira, quando exista malformação provada do feto; quarta, por razões de ordem económica e social.

No projecto do PCP consagra-se e garante-se um direito que é o último recurso contra uma gravidez indesejada e é sempre à mulher que cabe a decisão.

4. Ao votarem contra o projecto do PCP, quando este foi debatido e submetido à votação em Novembro de 1982, o PSD e o CDS, os partidos reaccionários que então constituíam o Governo e a maioria da Assembleia da República, frustraram as expectativas de milhões de mulheres portuguesas e tornaram-se responsáveis pela continuação do drama social que é o aborto clandestino que atrai diariamente para os serviços públicos de saúde centenas de mulheres em perigo de vida e que deixa sequelas irreparáveis na sua saúde física e psíquica.

Sem responsabilidades no Governo de então o PS defendeu e votou favoravelmente o projecto do PCP. Por isso mesmo, quando com as eleições legislativas de 25 de Abril de 1983, os partidos reaccionários — PSD e CDS — foram colocados em minoria e os votos somados do PS e do PCP constituíram uma maioria folgada na Assembleia da República, a esperança renasceu.

Estavam criadas as condições para que o projecto do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez fosse aprovado. Só que o PS, ao optar por uma aliança governamental com um dos partidos reaccionários do anterior governo — o PSD — renegou também as posições que antes tinha assumido sobre a legalização do aborto. Mário Soares e a Direcção do PS congeminarão a apresentação de uma lei que esvaziando de sentido a legalização voluntária da gravidez (e reduzindo-a pelas condições impostas a uma dimensão sem significado social) fosse suportável pelo seu aliado reaccionário e os meios obscurantistas, sem provocar demasiado escândalo nas bases do PS que no próprio Congresso de Outubro se mostraram muito empenhados nesta questão.

5. O PS, aliando-se à direita, com aqueles que acusava de hipócritas e retrógrados, prepara-se para mais uma vez renegar princípios e compromissos assumidos com os seus militantes, com as mulheres portuguesas.

A Direcção do PS já anunciou ter decidido que o seu Grupo Parlamentar não votará o projecto do PCP. Se o PS/Mário Soares

Um tal Governo teria desde já o apoio decisivamente maioritário do Povo português.

Os chefes da coligação governante e os seus arautos na comunicação social pretendem atribuir à proposta de Governo saída do nosso X Congresso um fundamento não constitucional.

Isto não tem nenhuma relação com as regras jurídicas da nossa Constituição, que mesmo com as alterações no sistema de Poder introduzidas na última revisão prevêem mecanismos para a superação institucional de situações como a que vivemos.

Por outro lado só a interessada análise dos «análises» da coligação governante ou a inconcebível cegueira política de certos democratas não vêem o acentuado deslocamento de forças que restringiu drasticamente a base de apoio político, social e eleitoral do actual Governo e lhe retiraram legitimidade.

A política antipopular do Governo Soares/Mota Pinto, a inépcia, a imoralidade, a corrupção no seio da própria coligação governante, alijaram-lhe muitos dos seus apoiantes.

Principalmente a luta cada vez mais firme e ampla dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e comerciantes, dos estudantes e professores, das mulheres, da juventude, dos profissionais da comunicação social que se recusam a ser mercenários do Poder, dos intelectuais, aumentou numa escala sensível a maré da oposição ao Governo de Mário Soares e está a minar a própria coligação.

A conclusão de há muito avançada pelo PCP e reafirmada no seu X Congresso de que existe e se amplia um vasto espaço político oposto ao Governo PS/PSD, um espaço aberto à formação de novos agrupamentos e partidos políticos que com o PCP e outros partidos democráticos já existentes podem garantir uma sólida base eleitoral a uma alternativa política e de Governo à coligação governante, é confirmada pelos acontecimentos de cada dia.

A proposta de formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional é não só rigorosamente institucional como inteiramente viável no momento actual.

O Governo Soares/Mota Pinto não cairá por si nem muito menos por efeito das contradições internas da coligação, que são profundas e dificilmente sanáveis, como agora veio a lume com o jogo dos gestores e a questão da despenalização do aborto em que as forças reaccionárias pretendem inutilmente transformar duas concepções antagónicas de carácter social e humano num diferendo, que os comunistas repelem, entre o PCP e a Igreja.

Necessária e urgente alteração de política e de Governo assentará numa base rigorosamente institucional mas o factor determinante dessa imperiosa mudança é o movimento operário, popular e democrático, a luta cada vez mais participada, unida e ampla das massas populares contra o Governo Soares/Mota Pinto.

A receptividade popular à campanha de esclarecimento político do PCP no último fim-de-semana, a activa mobilização dos trabalhadores pelo movimento sindical unitário, sob a direcção da CGTP-IN, fazem prever para as grandes jornadas de luta dos próximos dias 26, 27 e 28 um êxito enorme na premente exigência nacional de pôr fim ao Governo Soares/Mota Pinto e abrir caminho a uma alternativa democrática.

A compreensão política da grande jornada de luta do fim do mês é de importância decisiva para a mobilização dos trabalhadores e do povo.

Sem sombra de dúvida o carácter determinante do movimento popular de massas afirmar-se-á mais uma vez nas fábricas, nas ruas e praças do País.

não recuar nos compromissos com a direita e inviabilizar o projecto do PCP, assume a responsabilidade pela continuação numa larga escala deste flagelo social que vitima tantas mulheres.

Os militantes do PS, os democratas, as mulheres saberão extrair as devidas lições desta política sem princípios, uma política de costas viradas para os sofrimentos e as injustiças sociais.

6. Entretanto, o PS/Mário Soares não pode ignorar inteiramente este flagelo social, poder realizar uma maternidade livre, consciente e responsável constitui uma profunda aspiração das mulheres portuguesas.

O Projecto do aborto apresentado pelo PS na Assembleia da República constitui uma grosseira mistificação com que Mário Soares procura salvar a face perante a opinião pública democrática, as mulheres portuguesas e o seu próprio partido.

Deixando quado tudo na mesma, o PS mostra um profundo desprezo pelo drama de milhões de mulheres que recorrem ao aborto clandestino, faz rir as justas esperanças que se abriam com o projecto do PCP, torna-se cúmplice pela continuação de uma situação que atenta contra a saúde, a vida e a dignidade das mulheres.

No Projecto PS/Mário Soares, onde a decisão não cabe à mulher mas aos médicos, só num número de casos rigidamente tipificados e em termos muito apertados é administrada a interrupção voluntária da gravidez. Ficam de fora, continuando a ser ilicítos, criminosos e puníveis com prisão até 3 anos, a grande maioria dos casos de aborto clandestino.

7. A batalha para acabar com o flagelo do aborto clandestino, com os inúmeros dramas que arrasta e a profunda injustiça social que constitui, suscita a movimentação de vastas correntes de mulheres portuguesas e mobiliza o interesse e a acção das forças democráticas e populares.

Apesar das limitadas modificações que introduz, apesar de consagrar a continuação de situações de flagrante injustiça, o facto de o PS/Mário Soares ter sido obrigado a apresentar este projecto, ainda que para tentar salvar a face, deve ser considerado como resultado da luta das mulheres e de todas as forças democráticas, com destaque para a iniciativa e acção do PCP, pela consagração de um direito fundamental para uma maternidade digna e consciente.

Por isso mesmo, a Comissão Política do CC do PCP, apesar das profundas discordâncias que tem em relação ao projecto do PS/Mário Soares, denunciando os seus compromissos com a direita e as tentativas de deixar quase tudo na mesma, decidiu que o Grupo Parlamentar do Partido vote favoravelmente este Projecto do PS.

O PCP continuará a lutar incansavelmente se os partidos reaccionários e o PS inviabilizarem o seu Projecto por uma verdadeira lei da interrupção voluntária da gravidez como parte fundamental das condições para uma maternidade livre, consciente e responsável.

18/1/84

A Comissão Política do CC do PCP

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sotero Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel: 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel: 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sotero Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel: 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreria, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont 57-2.º - 1000 Lisboa Tel: 779628 779625 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa, Tel: 372236

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel: 26381

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel: 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor de Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel: 693908 693915

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel: 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel: 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel: 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:

Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel: 776936 776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel: 381067

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem média do mês de Dezembro: 46 825

PCP

# O êxito de uma acção construída pela militância

## Jornada de esclarecimento sobre as conclusões do X Congresso do PCP chegou a milhares de portugueses em todo o País

Um êxito construído pela militância e pelo esforço de milhares de camaradas — pode começar assim uma tentativa de balanço ao que se passou no último fim-de-semana, em todas as regiões do País.

Falamos da jornada nacional de esclarecimento sobre as conclusões do X Congresso do Partido Comunista Português, acção decidida e marcada pelo próprio Congresso e que, desde já, apresenta um balanço muito positivo, a que se associa, entre outros aspectos importantes, uma boa recepção das populações ao contacto estabelecido pelos militantes comunistas.

Recorda-se que o principal objectivo da jornada era levar ao maior número possível de portugueses uma informação objectiva sobre o X Congresso do Partido, sobre as orientações ali definidas, sobre as propostas que os comunistas apresentam para a solução dos graves problemas nacionais, sobre a análise do Partido da classe operária à situação política e às grandes questões de ordem económica e social.

Esta informação foi transmitida através do contacto directo com as populações, um pouco por todo o País, e teve como base uma gigantesca distribuição de documentos informativos não só nos «porta-a-porta»

(acção de grande relevo na jornada), como através dos grupos de camaradas que os entregaram, de mão em mão, nas feiras e mercados, nas ruas de maior movimento e concentração comercial, nas estações ferroviárias, noutros pontos de acesso aos transportes, etc.

Além do folheto especial editado pela SIP (com uma tiragem na ordem das centenas de milhares), as organizações elaboraram outros documentos informativos sobre questões particularmente sentidas nas localidades.

A jornada nacional contou ainda com outro tipo de acções, nomeadamente bancas de rua, minicópias junto das empresas, jornais de parede, exposições e painéis, carros de som, reuniões, encontros e sessões públicas.

Ponto alto da jornada foi a sessão de esclarecimento realizada no sábado à noite na Cova da Piedade (concelho de Almada), com a participação do camarada Álvaro Cunhal. Outros dirigentes do Partido, participaram, também durante o fim-de-semana, noutras inici-

tivas com boa participação popular.

### Do Minho ao Algarve

Revestindo-se de grande vivacidade nas zonas urbanas, como Lisboa, Porto e Setúbal, a jornada teve, contudo, destaque em todas as regiões do País, proporcionando um contacto directo com milhares de pessoas, que, no geral, deram bom acolhimento à informação transmitida pelos militantes comunistas, através da palavra escrita e falada.

Foi, sem dúvida, uma jornada marcada pelo dinamismo das organizações do Partido, pela sua capacidade de mobilização e de trabalho e pelo empenhamento directo de muitos camaradas que assim levaram à prática a decisão tomada pela grande assembleia do Porto.

Cada militante que esteve empenhado na jornada do passado fim-de-semana foi um esclarecedor activo, que contribuiu para o êxito da iniciativa, promovida de Norte a Sul, dos Açores à Madeira.

Êxito em Trás-os-Montes nas acções de distribuição de documentos no Vimioso, Mirandela, Bragança (na feira e na cidade), em Parada e em Vila

Real, onde se realizaram também três sessões.

Êxito nas acções realizadas nos mercados de Lisboa no sábado de manhã; nas bancas, carros de som, sessões e contactos nas empresas no concelho de Loures; nas quatro sessões realizadas no concelho de Amadora (com centenas de pessoas); nas visitas a empresas do concelho de Vila Franca de Xira por deputados comunistas; nas distribuições de propaganda em todo o distrito de Lisboa (na cidade e nos concelhos limítrofes — só na Amadora foram distribuídos 24 mil documentos!). Destaque também para o comércio de Alverca e para as acções no concelho de Cascais.

Êxito nos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Setúbal. Só nos três primeiros a distribuição de documentos informativos atingiu os 43 mil exemplares durante o fim-de-semana. No Alentejo realizaram-se cerca de 20 sessões e os «porta-a-porta» decorreram com grande receptividade por parte das populações, destacando-se o bom acolhimento em localidades onde se vivem momentos dramáticos causados pelo desemprego. No distrito de Setúbal registem-se as acções de distribuição de propaganda em Almada, Alcácer do Sal, Barrei-

ro, Montijo, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém (onde foram distribuídos pessoalmente mais de 4500 folhetos informativos), Sines, Sesimbra, Seixal, Moita e Setúbal (só na cidade foram entregues documentos a cerca de 6 mil pessoas). Na sessão realizada na Cova da Piedade estiveram presentes mais de 3000 pessoas.

Êxito nas acções realizadas no distrito de Coimbra, onde foram estabelecidos contactos directos com a população em Arganil, Oliveira do Hospital, Lousã, Figueira da Foz, Soure, Cantanhede, Montemor, Condeixa e Coimbra, nas freguesias e nalgumas empresas. Além das iniciativas que decorreram na Cimpor, Estaleiros Navais do Mondego, Foz Nave, Celbi e Oficinas da CP (na Figueira da Foz), recordem-se também as acções realizadas na cidade de Coimbra: junto ao estádio municipal, na Praça 8 de Maio, na Avenida Sá da Bandeira, na Estação Nova e em cinco escolas e outros tantos hospitais. Ainda no distrito de Coimbra, refiram-se as distribuições de documentos e os contactos nas feiras e mercados, como sucedeu em Miranda do Corvo, Penacova, Lousã, V. Nova de Poiares, Figueira e Buarcos.

Êxito nas acções de distribuição de propaganda nas empresas do distrito de Santarém, designadamente na Renova, Nery, RN e Fiação e Tecidos (concelho de Torres Novas), na MDF, Caima, FRA e Vitor Guedes (concelho de Abrantes), e na CP (concelho de Entroncamento). Do jogo de futebol realizado em Tomar, às reuniões de bairro para entrega dos novos cartões do Partido no concelho de Alpiarça, passando pelas reuniões efectuadas nos concelhos de Alcanena, Coruche e Chamusca, todas as iniciativas foram úteis para êxito da jornada. Destaque também para as sessões de esclarecimento: Couço, Santa Justa, Alpiarça, Benavente e Samora Correia. A distribuição de propaganda realizou-se em todos os concelhos.

Êxito nas acções realizadas no distrito de Porto, nomeadamente nas empresas de Santo Tirso, Valongo, Ermesinde, Vila do Conde, Póvoa, Gondomar, Matosinhos. Na «Baixa» do Porto a distribuição de propaganda assumiu grandes proporções, salientando-se também as acções que ocorreram nas feiras e mercados (caso de



Matosinhos). Êxito nos dois distritos minhotos (Braga e Viana do Castelo), onde decorreram várias acções de esclarecimento nas empresas (caso do sector têxtil, nomeadamente em Falmalhão e Fafe), nos bairros, nas freguesias e nas feiras (Guimarães, Pevidem, Fafe, etc.). Realizaram-se alguns «porta-a-porta» (como em Falmalhão), sessões (Espouende, Fafe, Guimarães) e bancas (como na cidade de Braga). Tanto no distrito de Braga como no de Viana, a distribuição de documentos informativos alcançou bons resultados. Êxito também no distrito de Castelo Branco e nos distritos da Guarda e Viseu, com reacção para a zona da Covilhã e Tortosendo. Além dum carro de som, banca, porta-a-porta nos bairros, distribuição de documentos e acções nas empresas e nas ruas, a jornada na Covilhã incluiu acções em seis freguesias do concelho.

Êxito no distrito de Leiria, particularmente no concelho da Marinha Grande (reunião e distribuição de documentos no mercado). Registaram-se ainda boas acções de contacto e esclarecimento em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

Êxito na jornada em Pataias (Alcobaça) e Leiria, entre outras localidades.

## Assembleia da República

# Natureza contra o Governo ou Governo contra-natura?

Tudo o que tem acontecido e ainda vai acontecer até à próxima semana — altura em que os projectos sobre o aborto serão submetidos à apreciação da Assembleia — tem sido considerado menos interessante pelos «observadores» parlamentares. O que tem contado é o que se diz ou não diz nos corredores sobre as posições dos partidos acerca dos projectos do PCP e do PS em relação à interrupção voluntária da gravidez. Posições que, como a imprensa tem veiculado, podem pôr em risco a própria coligação. Entretanto, o hemiciclo tem-se debruçado sobre questões e problemas de interesse nacional e a vida não pára. Sobretudo quando o que se discute é importante.

Enquanto se aguardava que fossem discutidos o projecto do CDS e a proposta do Governo sobre a Lei de Bases da Segurança Social, foi discutido no AR o projecto de resolução do PCP visando criar uma comissão eventual de solidariedade e apoio às vítimas das cheias e temporais. O projecto de resolução dos comunistas foi, recorda-se, apresentado em 21 de Novembro, no dia seguinte à tragédia que se abateu sobre algumas regiões do País. «Os temporais e as grandes chuvas que têm fustigado toda a zona da Grande Lisboa e os concelhos limítrofes» — diz o documento discutido antontem — «(particularmente Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Oeiras, Lisboa, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Arruda

dos Vinhos, entre outros do Distrito de Lisboa), concelhos dos distritos de Setúbal e de Santarém, que já provocaram mais de dez mortos e um número ainda desconhecido de desaparecidos, graves inundações em vilas e cidades destes distritos, com o cdfitejo infelizmente habitual de dramas de toda a ordem (mais de 2 mil pessoas desalojadas, perda total de haveres em centenas de lares, pequenos comerciantes despojados dos seus bens e mercadorias, prédios em ruína que ameaçam desabar a todo o momento, muros de suporte destruídos, vias de comunicação cortadas, graves danificações de pavimentos, instalações industriais afectadas) tudo isto trazendo a desolação e a miséria a milhares de por-

tugueses, obriga a que a Assembleia da República tome a seguinte resolução...

O projecto do PCP apontava a criação de uma comissão à qual competiria «em colaboração com o Governo e as autarquias das áreas atingidas, estudar, propor e acompanhar as medidas adequadas à reparação e atenuação dos danos»; competiria ainda à tal comissão «fazer o estudo das medidas a adoptar, designadamente no plano legislativo, com vista a prevenir e enfrentar as consequências inerentes a quedas pluviiais anormais e outros cataclismos».

Pelos vistos, a maioria não achou que a AR ficasse obrigada a uma tal resolução. Como, antes, se não achara na obrigação de votar positivamente reforço de subsídios para distribuir pelas autarquias mais atingidas. A maioria está na AR para defender o Governo. E, em tudo o que vem do PCP, vê obscuras manobras contra o Executivo de Mário Soares e Mota Pinto. Sacudindo a água do capote — é caso de dizê-lo! — o ministro Eduardo Pereira, chegou a desculpar as responsabilidades governamentais acusando... a Natureza. «A Natureza está contra o Governo», queixou-se...

Argumento estafado: a Natureza está sempre contra os governos de direita. Ou a seca, ou a chuva, ou os «choques» petrolíferos, tudo serve para esconder que o Governo mete água. «Não brinquemos com coisas sérias», disse o deputado do PCP, Silva Graça, a propósito, «claro que o Governo é contra-natura», mas daí... E lembrou que os deputados da maioria haviam votado contra as verbas propostas pelo PCP atempadamente e agora até dizem que não há dinheiro para resolver os problemas decorrentes das cheias.

Com mais ou menos desculpas, o debate mostrou que os deputados da maioria não querem o projecto porque vem do PCP, não conseguindo apresentar razões válidas para recusá-lo. A própria UEDS ensaiou uma explicação confusa, ficando-se pelo argumento de que a comissão proposta nada resolveria...

### Nem «filosofia» nem «equipa»

No período de antes da Ordem do Dia de terça-feira passada, e antes que se discutisse o projecto de resolução do PCP

a que fizemos referência acima, intervenções de vários grupos parlamentares puseram em causa não apenas a política seguida pela maioria mas a própria coligação que governa o País. Uma dessas intervenções partiu do PCP, pela voz de Joaquim Gomes que subiu à tribuna e evocou o 18 de Janeiro, em discurso que publicamos noutra página. Outras intervenções, do CDS e do MDP, abordaram, cada um a seu modo, evidentemente, o actual momento político.

Nogueira de Brito, do partido mais à direita na AR, acusando o Executivo de não ter nem «uma filosofia de governo nem uma equipa coesa», respingando palavras ao presidente da sua Comissão Política, Lucas Pires, proferidas há semanas, acentuou que tais palavras se vieram a confirmar «pelos últimos acontecimentos suscitados pela deliberação tomada no âmbito do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de apresentar um projecto autónomo de despenalização do aborto a discutir e votar em conjunto com o PCP».

Sublinhando mais adiante que «não é esta a primeira vez que a maioria aqui aparece desarticulada», recordando Vizela e

outros pontos de fricção entre o PS e o PSD, o orador do CDS pareceu afinal lamentar que a coligação não possuía o cimento suficiente para andar em frente. O que importa é a «estabilidade», foi afirmado. E, ao correr da intervenção, o deputado «centrista» lamentou também a substituição de gestores de empresas públicas, onde parece ter perdido alguns lugares...

O MDP, por seu lado, e no seguimento da posição tornada pública acerca da «legitimidade, na Assembleia da República, de deputados eleitos como independentes representarem partidos políticos que não concorreram ao sufrágio», esclareceu que tal atitude foi tomada porque «apesar da existência de cinco partidos políticos, a Assembleia da República, no seu funcionamento diário, nunca assumiu, sem ambiguidades, esta situação de facto». Em questão a UEDS e a ASDI. O primeiro desses agrupamentos reagiu com algum azedume à declaração da deputada do MDP, Helena Cidade Moura, apesar desta ter sublinhado que o MDP levanta o problema quando este poderia ter sido levantado por qualquer outro deputado, partido ou simples cidadão eleitor.

## Joaquim Gomes sobre o 18 de Janeiro:

# «Uma situação com muitas semelhanças»

O camarada Joaquim Gomes, usando a palavra na véspera do 18 de Janeiro, na Assembleia da República, evocou esta data histórica e os acontecimentos ocorridos há cinquenta anos atrás na Marinha Grande. Lembrando que a história se não repete, o dirigente comunista não deixou de sublinhar as semelhanças com a actual situação, no discurso que publicamos na íntegra:

Completam-se amanhã 50 anos sobre o 18 de Janeiro de 1934, data que os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande e também os trabalhadores de outros pontos do País se lançaram na luta para defenderem as liberdades sindicais ameaçadas pela ditadura salazarista.

Fins de 1933, foi o ano em que Salazar havia promulgado a sua «Carta de Trabalho», ou seja o Estatuto de Trabalho Nacional, que significava a fascização dos sindicatos, mais concretamente a liquidação dos sindicatos livres. Cerca de oito anos levou a

ditadura para se decidir a atacar a fundo as liberdades sindicais depois de ter praticamente suprimido todas as outras. Tal facto não foi, obviamente, ocasional. Se outras razões não houvesse esta bastava para confirmar que foi a classe operária, foram fundamentalmente os trabalhadores e praticamente só eles, que há meio século atrás, embora insuficientemente organizados e esclarecidos, resistiram ao fascismo e à ditadura.

A greve geral de 18 de Janeiro de 1934 processou-se numa situação com muitas semelhanças há que estamos vivendo hoje. Tal como na época

actual, o sistema capitalista atravessava uma gravíssima crise. E também como agora, os grandes capitalistas atiravam com as consequências da crise para cima dos trabalhadores. O número dos desempregados crescia assustadoramente.

Os que continuavam a trabalhar eram brutalmente explorados. Os preços subiam continuamente, os salários reais eram cada vez mais baixos. Enfim, a fome e a miséria reinavam por todo o País. Também como nos dias de hoje as camadas da pequena e média burguesia, tanto rural como urbana, eram conduzidas à ruína e à falência.

Perante uma situação de verdadeiro caos económico, a ditadura fascista liquidava uma a uma as liberdades, atacava os direitos dos trabalhadores, reprimia violentamente as suas lutas. Estes eram há 50 anos

atrás os processos que o governo de Salazar encontrava para resolver a crise. E hoje que processos vem adoptando o Governo de M. Soares/M. Pinto para enfrentar a crise?

Além da violência repressiva contra os trabalhadores, também hoje o Governo ataca os direitos sindicais, serve-se do divisionismo e da provocação, sempre com o objectivo de deixar os trabalhadores à mercê dos seus exploradores.

A história não se repete. Há 50 anos os trabalhadores da Marinha Grande lançaram-se numa luta heróica, mas a realidade é que para o seu êxito não estavam criadas as condições fundamentais. Por isso foram derrotados, presos, torturados e condenados a longos anos de prisão.

Nos dias de hoje, em condições diferentes, lutando os trabalhadores pelos mesmos objectivos, isto é, em defesa

dos postos de trabalho, contra os salários em atraso e em defesa das liberdades e direitos sindicais, os trabalhadores têm a certeza que a vitória acabará por lhes pertencer. Há 50 anos foram para a cadeia os que tinham razão e lutavam por uma causa justa. Nos dias de hoje, acabarão por ser derrotados aqueles que, a mando dos imperialistas do FMI, condenam os trabalhadores ao desemprego e à miséria. A diferença é, pois, substancial.

O monumento evocativo do 18 de Janeiro de 1934 que amanhã vai ser inaugurado na Marinha Grande, será antes de tudo a justa e devida homenagem a todos, aqueles que, há 50 anos, saíram à rua para enfrentar a ditadura fascista do grande capital e defender as liberdades. Será ao mesmo tempo a homenagem aos mortos do Campo de Morte Lenta do Tarrafal e todos os que

tombaram na luta contra o fascismo.

Mas o monumento da Marinha Grande ficará, também, a recordar às gerações vindouras que as liberdades conquistadas com a Revolução de Abril têm atrás de si inúmeras vítimas, mortos e torturados. Foram milhares os presos que passaram pelos cárceres fascistas e que lá cumpriram milhares de anos de prisão. Enfim, sacrifícios de toda a ordem que jamais alguém saberá contar.

Eram na sua maioria membros do Partido Comunista os que fizeram o 18 de Janeiro, os que foram presos, condenados e assassinados. Foram sobretudo os comunistas que durante quase meio século povoaram as prisões fascistas. Não se estranhe pois que o Partido Comunista Português preste nesta Assembleia homenagem aos combatentes do 18 de Janeiro de 1934.

## Actividades do Partido

### Sessão-debate no Rossio

Com a participação da deputada Odete Filipe realiza-se hoje, às 19 e 30, no Centro Social e Cultural dos Trabalhadores do Comércio, no Rossio, em Lisboa, uma sessão-debate promovida pelos organismos do Comércio e Escritórios do Comité Local de Lisboa. Em foco estarão as conclusões do X Congresso do PCP e os projectos-lei do Grupo Parlamentar comunista sobre a mulher e a maternidade.

### Empresas nacionalizadas da zona de Lisboa

Promovido pelo Comité Local de Lisboa do PCP, está marcado para o próximo sábado, dia 21, no CT da Duque de Loulé, um plenário de membros de secretariats de célula, membros de comissões de trabalhadores e delegados sindicais nas empresas nacionalizadas e participadas da zona de Lisboa. O plenário decorrerá entre as 14 e 30 e as 20 horas.

### Militantes e colaboradores da SIP/DORL em convívio

Decorreu recentemente no salão do Centro Vitória um convívio entre militantes e colaboradores da Secção de Informação e Propaganda (SIP) da DORL, iniciativa que decorreu numa atmosfera de amizade e viva participação. Após uma discussão sobre o X Congresso e a situação política, procedeu-se à entrega do novo cartão do Partido para 84/85. A discussão sobre o Congresso prosseguirá em todos os núcleos da SIP/DORL, tendo em vista, por um lado, o plenário de 10 de Fevereiro (e que encerra a discussão) e por outro lado, a preparação do Encontro Distrital de Propaganda, marcado para 25 de Fevereiro.

### Açores

Terminou ontem a reunião do Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP, que durou dois dias e decorreu em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira. Em análise estiveram problemas relacionados com a situação política e com a actividade da organização do Partido nas ilhas. No final da reunião realizou-se uma conferência de imprensa no CT de Angra.

### Células de empresa da zona de Sacavém

O camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central, participa na reunião de células de empresa da zona de Sacavém que hoje se realiza no Centro de Trabalho do Partido na localidade, a partir das 18 horas.

### «O anticomunismo»: debates nos CT's Vitória e de Alfama

«O anticomunismo» — é o tema de dois debates a realizar na cidade de Lisboa com a participação de dirigentes do PCP. Um é hoje, às 21 e 30, no CT Vitória, com Aurélio Santos. O outro está marcado para a próxima segunda-feira, dia 23, no CT de Alfama, às 19 horas com Vítor Dias. O primeiro é promovido pela SIP/DORL e o segundo pela organização da Função Pública. Em ambas as iniciativas as conclusões do X Congresso serão tema em discussão.

### Reformados de Benfica

Almoço e projecção de um filme constituem o programa da iniciativa de convívio promovida pela célula dos reformados de Benfica (Lisboa), que decorrerá já no próximo sábado, no Centro de Trabalho do PCP, com início às 12 e 30.



# «...otr o Governo»

deixar que se contra a...  
dois guardas republicanos (que tinham sido atropelados) haviam sido mortos pelos comunistas? Ou quando veio inventar a «insurreição dos pregos», com todas as provocações que conhecemos? Ou quando o dr. Mário Soares afirma que o Partido Comunista «recebeu ordens de Moscovo para desestabilizar a península»?

Já estamos pois a ver o que é que pode representar um serviço de informações com a autoridade que poderá resultar de ser um serviço organizado de «pessoas imparciais» para depois mobilizar toda uma campanha contra o PCP, contra as forças progressistas, contra o movimento operário, contra o nosso povo em geral. Trata-se, portanto, de medidas graves que atingem seriamente as liberdades e direitos dos cidadãos, a democracia portuguesa.

## ● O Estado continua a dever dinheiro às UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária

No que respeita à Reforma Agrária, sabem os camaradas que apareceu agora a exigência de pagar o Crédito Agrícola de Emergência (CAE).

Ora já há muito que as UCPs/Cooperativas têm vindo a exigir a conversão do CAE num crédito a médio e longo prazo uma vez que os trabalhadores das UCPs/Cooperativas o utilizaram para investimentos.

Acontece que isso tem sido recusado e agora procuram fazer execuções fiscais pelo facto, dizem, das UCPs/Cooperativas não pagarem o CAE.

Ora o que os trabalhadores pedem é uma coisa bem simples: «nós, dizemos eles, devemos ao Estado, muito bem; mas então é o que o Estado deve aos trabalhadores?». Na verdade o Estado deve muito mais aos trabalhadores em, por exemplo, cereais que não pagou, do que aquilo que as UCPs devem ao Estado.

Daí a exigência de um acerto de contas. Veja-se o que é que cada um deve, façam-se as contas e pague quem deve.

No entanto, o Governo não respeita esta proposta — segundo as contas dos trabalhadores o Estado terá que pagar ainda milhões de contos — e procura levar a cabo a execução dos bens das Cooperativas para tentar liquidar mais UCPs na zona da Reforma Agrária. Vê-se, portanto, também aqui, uma ofensiva que é a continuação da ofensiva, da «AD» sob esta e outras formas não menos graves.

## ● Salários em atraso: os patrões descobriram que ganham mais dinheiro não pagando os salários e pondo o dinheiro a juros — e o Governo consente

No que respeita à situação dos trabalhadores, ela foi já aqui referida pelo nosso camarada na primeira intervenção e não é no conceito de Almada, onde os problemas são tão vivos, numa sessão de esclarecimento, que eu posso dizer alguma coisa que não seja já conhecida pelos trabalhadores deste concelho.

Falou-se aqui nos salários em atraso. São empresas importantes que têm salários em atraso durante meses, onde a desorganização é grande, em que a gestão das empresas muitas vezes procura diminuir as carteiras de encomenda ou diminuir as actividades, dificultar os investimentos, atrasar a possibilidade de crédito. Quer dizer: afundar as empresas nacionalizadas com vistas a que novamente o grande capital possa tomar conta delas.

No que respeita às construções navais, aos Mellos, há toda uma manobra que se desenha com toda a nitidez para de novo deterem o seu monopólio.

O camarada apontou os casos de salários em atraso na Parry & Son, Companhia Portuguesa de Pesca, Sociedade de Reparação de Navios, Casa Capucho e muitas outras. Mas o atraso no pagamento de salários tornou-se num grande negócio para os grandes capitalistas. Porque não venham dizer que só há salários em atraso onde há dificuldades de pagamento; há muitas empresas que têm facilidade de pagar os salários, mas os capitalistas já compreenderam que se estiverem seis meses sem pagar os salários, tiram em juros (dado que colocam o dinheiro a render nos bancos) muito mais do que ganhariam com os lucros nas próprias empresas.

Tornou-se uma forma escandalosa de exploração dos trabalhadores e creio que não há nenhuma sociedade capitalista do mundo em que os capitalistas tenham encontrado este processo: não pagar salários para pôr o dinheiro a render e para poder ter em juros mais do que os lucros. É uma forma de autêntica rapina, de banditismo por parte do capital!

Estamos a falar de trabalhadores, mas esta política do Governo não atinge apenas os trabalhadores: atinge também os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios industriais, atinge as camadas mais desfavorecidas, atinge os deficientes, os reformados, atinge os jovens, as mulheres, atinge os comerciantes. E já que falamos deles, certamente haverá aqui comerciantes que poderiam testemunhar em que medida também é que os seus negócios têm sido afectados pela diminuição do poder de compra dos trabalhadores; como os seus negócios têm sido afectados porque cada família pode hoje comprar menos do que comprava anteriormente. Eles são pois atingidos por toda esta profunda crise provocada pelo Governo.

O Governo português bem pode dizer o contrário, mas a verdade é que está metido e metido a fundo em toda esta política com os americanos para modificar a situação na África Austral, onde se constituíram regimes progressistas, dirigidos por forças revolucionárias, partidos revolucionários — o MPLA-PT e o FRELIMO — que se voltaram para a construção de sociedades socialistas nos seus países.

Mas também aqui — e o nosso Congresso a esse respeito foi bastante claro — estamos profundamente convencidos que o imperialismo será derrotado. Estamos plenamente convencidos que os povos que escolherem o caminho do progresso social depois de conquistarem a independência serão bem sucedidos nessa luta.

E da parte dos comunistas portugueses, e creio podemos dizer também da parte dos trabalhadores e da grande maioria do povo português, nós estamos solidários com os povos africanos das antigas colónias portuguesas e estaremos sempre solidários com a sua luta, não apenas pela consolidação da independência nacional, mas pela construção da nova sociedade nas suas pátrias.

## ● Há uma política alternativa

O nosso Congresso não se limitou a criticar esta política. Afirmou que há uma política alternativa, que há uma política capaz de resolver os problemas nacionais.

Nesse sentido definiu e apontou as grandes linhas dessa política.

O Congresso adiantou ainda que não só há uma política capaz de resolver os problemas como há a possibilidade de uma modificação nos órgãos de Poder de forma a que essa política seja a adoptada pelo Governo português.

Isto coloca um problema que talvez seja o problema que mais preocupa os portugueses. Porque, quando nós dizemos que é necessária uma nova política, que é necessário parar a ofensiva contra as nacionalizações, defender os interesses dos trabalhadores, defender os interesses dos pequenos e médios agricultores, que é necessário, enfim, ter uma política de mobilização dos recursos nacionais, cortar nas despesas sumptuárias, poupar recursos (mas com uma política de austeridade que não seja austeridade para o povo e regabofe para o grande capital e para os altos funcionários), quando nós afirmamos tudo isto, dizem: «você têm razão, isso está muito certo, mas... como é que isso se pode fazer? Onde é que há a possibilidade de constituir um governo se o PS com Mário Soares está aliado aos partidos da direita e o Partido Comunista só tem 40 deputados e não se vê bem como é que em próximas eleições o PCP venha a ter maioria absoluta?»

Pois bem, nós também não pensamos que, enfim, a curto prazo o Partido Comunista possa ter maioria absoluta. Embora lá chegue o dia em que a terá — e terá por vontade do povo!

É evidente que isso não se põe em relação a eleições próximas. Na situação actual, o que se verifica é que há um PS dirigido por Mário Soares que está coligado com a direita e, portanto, mesmo que se realizassem novas eleições dentro de três meses, caso a Assembleia fosse dissolvida, é muito difícil acreditar que com os



partidos que existem, tal como existem, passasse a haver uma maioria que desse o suporte na Assembleia da República à formação de um governo democrático.

Se se considerar em termos de partidos, poderemos dizer que esse suporte em termos de números já existe. Na Assembleia da República existe com efeito uma maioria de deputados comunistas e socialistas. Estão lá e são a maioria. Mas maioria em número, porque os deputados socialistas estão a fazer uma política de direita e nós, comunistas, temos uma política orientada para servir o nosso povo e o nosso país.

Daí que, se houver novas eleições, num prazo de tempo relativamente curto, e a não se verificar nenhuma mudança no quadro partidário; é quase certo que se viria a repetir a mesma situação.

Quer dizer, nós progrediríamos bastante (estamos convencidos de que teríamos mais votos e aumentaríamos o número de deputados), mas até chegar a metade dos deputados da Assembleia ainda faltaria um bom bocado.

Há muita gente ainda enganada, há influências reaccionárias, há tradições e preconceitos anticomunistas, há zonas do País onde os caciques locais e outras forças conseguem ter uma influência predominante.

## ● A maioria do povo português está contra esta política

Por isso nós dizemos e afirmamos que uma solução na base da maioria parlamentar exige uma de duas condições: ou o PS muda de política (e com Mário Soares não nos parece que se possa acreditar que mude), ou seria necessário que houvesse novos partidos com uma política democrática, que mudassem o quadro partidário actual.

Mas nós não afirmamos apenas isto. Dizemos que há condições para esta mudança. O nosso Congresso respondeu a esta questão afirmando que não há coincidência entre a armadura das forças sociais e a posição dos partidos políticos.

Ou seja, estão contra a política do Governo muito mais portugueses e portuguesas do que aqueles que votaram no Partido Comunista e no MDP/CDE. Estão contra a política do Governo numerosos portugueses e portuguesas que votaram no Partido Socialista; estão contra a política do Governo numerosos portugueses e portuguesas que votaram no PSD e até no CDS, mas que não aceitam esta política de exploração, de fome, de destruição de todos os sectores da nossa economia e que pensam que é necessária uma mudança.

Não têm ainda a consciência política necessária para compreenderem que é preciso, com os comunistas, resolver os problemas nacionais. Mas entram na luta social, entram na batalha social e se nós vimos as lutas dos trabalhadores, vimos as lutas dos camponeses, as lutas das várias classes sociais que se travam no País, vamos aí encontrar muitos que não votaram nem estão ainda com o PCP, mas que participam lado a lado conosco na luta contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, contra o «lay-off», contra os salários em atraso, contra a exploração dos agricultores, contra o alto preço do gasóleo, contra a falta de escoamento dos produtos agrícolas. Pessoas que estão a lutar, que estão na batalha social contra o Governo, ainda que não tenham o esclarecimento político para entrarem numa batalha eleitoral ao nosso lado.

Muitos reconhecem a justiça desta luta por interesses fundamentais, por objectivos imediatos, mas ainda não estão esclarecidos o suficiente para mudarem o seu voto. Essa batalha nós temos de a travar; temos de travar essa batalha no sentido de convencer que assim como estamos, lado a lado, numa empresa ou nos campos a lutar por interesses fundamentais de natureza imediata, de natureza económica, assim podemos e devemos estar lado a lado na batalha política por uma mudança de política nacional.

## ● A luta do povo derrotou os governos anteriores e a sua política — também derrotará o do PS/PPD que prossegue e agrava a mesma política

O nosso Congresso teve uma afirmação optimista acerca desta possibilidade. Nós pensamos que a democracia portuguesa tem muita força. E a força fundamental que tem é o próprio povo, com a classe operária à frente. É uma grande força que já tem demonstrado que não só é capaz de resistir como de derrotar o inimigo.

E nós por vezes não demos o valor devido às vitórias que o nosso povo alcançou. Mas se observarmos, mesmo nos últimos anos, vemos quantas vezes, por força de luta do nosso povo, a reacção sofreu derrotas consideráveis.

Freitas do Amaral não foi para casa porque tivesse muita vontade de ir... Ele estava preparado para o assalto às Forças Armadas, tinha feito a Lei de Defesa Nacional, linha chamada a si mais de vinte competências militares, tinha conseguido, com o colaboracionismo de Mário Soares, uma alteração da Constituição, a dissolução do Conselho da Revolução, uma lei de defesa nacional. Ele preparava-se para o assalto. Então porque é que foi para casa?

A nosso ver, foi por uma razão fundamental: é que o nosso povo lutou para que a «AD» fosse para a rua. Foi pela luta do nosso povo que a «AD» não pôde realizar o seu plano que se iria consumir em 1982 com o assalto às Forças Armadas.

Não o conseguiram nessa altura. E aquilo que não conseguiram Freitas do Amaral e Balsemão, também a nosso ver não vai conseguir Mota Pinto com Mário Soares.

Eles já começaram a dar os passos nesse sentido, mas têm mais dificuldades que nenhum outro Governo. Fracassam na sua política, têm contradições internas (às vezes falam num saco de gatos, é uma expressão que anda muito para aí; não sei se são ou não gatos, mas lá que se arranham, arranham). E também miam bastante). Portanto existem contradições para que não são apenas entre homens de chefias, mas são contradições de interesses.

Eles esquecem, sobretudo, particularmente os socialistas e Mário Soares, a dificuldade de responder à sua própria base de apoio, aos trabalhadores socialistas, aqueles que votaram no PS e que começam a perguntar: «Que é isso, então nós votámos em vocês, constituem o Governo e agora estão a tomar esta, e esta, e esta medida que nos tira o pão, a casa, os medicamentos, enfim, que nos impede no fim de contas de viver.» Isto é uma opinião que se generaliza e que é final o pedir de contas ao PS e à sua direcção.

Nós pensamos que, na situação actual, o nosso Congresso respondeu a esta questão: a situação está tão grave que quando for abaixo o Governo (e ele vai abaixo antes dos quatro anos; não nos podemos dizer que ele cairá nos próximos oito dias, mas que acabará por ir abaixo muito antes do que alguns pensam, isso vai...)

E no que os camaradas acabam de dizer (gritos «a luta continua») é que está o segredo da questão: é que a luta vai continuar e é essa luta que vai derrotar o Governo. Esse é que é o segredo do

nosso povo: é com a sua luta, com a sua unidade, com a sua organização, com a sua persistência, com a sua confiança, que acabaremos por derrotar este Governo e conseguir uma alternativa democrática.

## ● As eleições presidenciais de 1985

Naturalmente que se põem questões. E questões muito concretas em relação às batalhas políticas próximas. Os camaradas têm presentes as conclusões do nosso Congresso no que diz respeito, por exemplo, às eleições presidenciais.

Foi afirmado pelo Congresso que, se Mário Soares apresentar a sua candidatura, ela é uma candidatura da direita. E ficou excluído pelo Congresso não só que o Partido Comunista pudesse apoiar essa candidatura como pudesse, em quaisquer circunstâncias, fazer finalmente o apelo ao voto em Mário Soares. Ele não terá nem apelo à candidatura, nem apelo ao voto.

Mas já agora quero referir também um outro caso. Certamente aqueles que lêem carta imprensa têm visto a grande especulação que se faz com um outro possível candidato. Fala-se muito em Mota Amaral. Como isto pode criar algumas confusões, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre Mota Amaral.

Com efeito há passos e até órgãos de informação que dizem o seguinte: Mota Amaral é o candidato eanista, terá o visto favorável do Presidente da República actual; o Partido Comunista vai atrás de Eanes (dizem esses jornais) logo, indo atrás de Eanes, se Mota Amaral for candidato de Eanes, o Partido Comunista, enfim, pois acaba por apoiar Mota Amaral.

Ora, ainda que o nosso Congresso não tenha tratado desta questão, está absolutamente claro que Mota Amaral tão pouco teria qualquer apoio do Partido Comunista em qualquer fase ou em qualquer momento.

## ● O PCP — um poderoso partido indispensável à resolução dos problemas nacionais

Pensamos que há muita força, vamos para a luta. Dentro de dias — 26, 27 e 28 — vai haver grandes jornadas de luta! Estão anunciadas, vamos participar nelas.

No dia 28 haverá grandes manifestações. É necessário que sejam de facto muito grandes manifestações; é necessário que todos compreendam a importância desta jornada de luta para não apenas marcar a presença de classe operária, de sua força, mas para que esta luta contribua para animar todos aqueles elementos que pensam que a classe operária tem o dever — e o dever sério — de tomar a vanguarda da luta do nosso povo para uma alternativa democrática.

Há forças reais. Os movimentos sociais estão fortemente organizados; temos em Portugal a felicidade de ter um grande movimento sindical unitário dirigido pela TCGP-IN (em poucos países capitalistas existe uma central com esta força e influência); e temos naturalmente essa força, que é justo considerar que tem papel determinante (é creio que não é vaidade, nós somos comunistas) na actual situação política para uma alternativa democrática: o PCP.

Certamente entre os presentes muitos estiveram no nosso Congresso. O nosso Congresso foi uma coisa séria. E mesmo aqueles que participaram mais directamente na sua preparação e na sua organização, ficámos surpreendidos por muitos aspectos da força revelada pelo nosso Congresso. A consciência dos militantes, a sua unidade, a independência da sua opinião, a sua alegria pelo facto de participarem na grande luta colectiva do nosso Partido. E o profundo orgulho que todos temos não é apenas de termos um grande Partido: é de defendermos os interesses do povo, sermos capazes de os defender, estarmos ao serviço do povo e da pátria. É isto que nos dá força e nos dá confiança para prosseguirmos a batalha.

Certamente alguns leram as opiniões da imprensa sobre o Partido Comunista e sobre o nosso Congresso. Eles não queriam este Congresso, como não queriam este Partido. Eles gostariam bastante que nós estivéssemos divididos mas nós estamos unidos, todo o nosso Partido está unido; eles gostariam que entre os dirigentes houvessem conflitos de galos, mas nós não temos galos nem galinhas, não temos conflitos entre dirigentes, estamos a trabalhar todos em conjunto para o mesmo fim; eles gostariam de ver a nossa organização enfraquecida e gostariam tanto de a ver assim que várias vezes têm anunciado que o nosso Partido está a diminuir o número de militantes; mas em vez de diminuir nós aumentámos, temos aumentado sempre e neste Congresso tivemos a alegria de poder dar como balanço do número de militantes do Partido, mais de 200 mil. Isto representa, nas condições do nosso país, uma grande vitória do trabalho de organização, do trabalho de recrutamento, de influência geral do nosso Partido.

Eles gostariam de ver o nosso Partido abandonar os objectivos fundamentais; gostariam que o nosso Partido capitulasse em relação aos direitos dos trabalhadores; que aceitasse uma falsa conciliação social; que aceitasse a capitulação perante as entidades patronais; que aceitasse a liquidação da Reforma Agrária; que desistisse da luta para manter as nacionalizações e a liquidação dos monopólios. Mas o nosso Partido é um Partido de princípios e é isso que eles não gostam, porque se não tivéssemos os princípios seríamos mais fracos, o nosso povo seria mais fraco, a classe operária seria mais fraca, não teríamos as condições de resistência e de luta que temos, tendo um Partido fiel aos princípios e aos seus objectivos fundamentais.

Gostariam que nós não fôssemos um Partido que é patriótico e internacionalista; que fôssemos um Partido que renegasse os seus deveres para com os seus irmãos de luta noutros países. Gostariam que não apoiássemos as lutas dos trabalhadores e dos povos onde quer que ela se realize no mundo.

E o nosso Congresso foi bem o espelho da posição internacionalista do nosso Partido: na tribuna do Congresso estiveram representantes das forças que lutam, seja na América, em África, na Ásia, na Europa. Ali estiveram as vozes daqueles que dirigem os movimentos revolucionários dos seus povos.

Eles gostariam que nós abandonássemos os nossos pontos de vista de classe; que deixássemos de ser um Partido que é um Partido do povo, mas que é um partido fundamentalmente da classe operária. Gostariam que não tivéssemos critérios de classe examinando os grandes problemas políticos; gostariam que não tivéssemos princípios ideológicos, que deixássemos de ser um Partido marxista-leninista. E vão até mais longe: gostariam que fôssemos um Partido eurocomunista. Mas no nosso Congresso mostrou bem que um Partido de princípios, um Partido patriótico, um Partido internacionalista pode, — e precisamente porque o é — não apenas manter, mas reforçar as suas posições, reforçar a sua influência, ser um grande Partido nacional com uma influência determinante na política nacional do seu país.

Transcrição da introdução pronunciada de improviso pelo camarada Álvaro Cunhal na sessão de esclarecimento realizada no passado sábado na SFUAP, na Cova da Piedade

### ● O Governo PS/PSD insere-se no processo contra-revolucionário

Uma outra questão tratada pelo nosso Congresso e que diz respeito às ofensas que estão a ser feitas às liberdades e direitos é o problema de saber onde se situa este Governo na história da democracia portuguesa depois do 25 de Abril.

O nosso Congresso afirmou que este Governo PS/PSD é o continuador da «AD». A sua política não é uma nova política em relação à «AD», antes continua, e em certos casos agrava, a política da «AD». E por isso se afirmou que o Governo PS/PSD se insere no processo contra-revolucionário.

O facto de estar à frente do Governo como primeiro-ministro um homem que é o secretário-geral do Partido Socialista — e nós sem o considerarmos que o PS, como partido, era um partido democrático — não altera absolutamente nada o facto de que a política deste Governo é a continuação da política da «AD». É uma política reaccionária, é uma política contra a democracia portuguesa, contra os interesses dos trabalhadores, contra as conquistas democráticas.

É também o próprio facto de ser o secretário-geral do PS quem está à frente deste Governo que levou o Congresso a concluir, e com plena razão, que o dr. Mário Soares hoje é um político de direita, um homem que, no fim de contas, lidera a coligação da direita de reacção, na situação actual portuguesa.

Pensamos isto, mas, aqui entre nós, estamos em crer que não somos nós, comunistas, que estamos convencidos que assim é. Há certamente muitos socialistas que também estão convencidos de que este Governo é de direita, que este Governo não serve os trabalhadores, que não serve a democracia.

### ● A necessária e constante batalha da unidade e do esclarecimento

Gostaria aqui, nesta nossa sessão, se algum socialista está presente e tem essas ideias, de saudar essa presença aqui connosco para expressar a nossa vontade de unir todos os esforços com os socialistas ou com outros portugueses, qualquer que sejam as ideias políticas, mas que estejam contra esta política, que queiram uma mudança, queiram acabar com a ofensiva que se desenhava contra as conquistas da Revolução portuguesa e que queiram a solução real para os problemas dos trabalhadores e para o apossamento do Portugal de Abril com as suas conquistas fundamentais.

Naturalmente que nós, dada a política que tem sido seguida pelo Partido Socialista, por vezes não somos muito abertos ao nível da nossa actividade, da nossa empresa, da nossa actividade, da nossa sociedade recreativa ou do nosso sindicato. Por vezes, não somos suficientemente abertos para as pessoas que estão hesitando que ainda não estão conosco, mas que podem vir a estar.

Não podemos dizer: os que estão conosco já estão e todos os outros são maus. Eu pergunto: para quantos dos que aqui estão não há uma altura em que não estavam conosco e, agora, estão nessa sala, aqui connosco?

Quando reafirmamos a vontade de esclarecer, sem dúvida que é para nos esclarecermos a nós próprios, e para esclarecermos aqueles que estão conosco. Mas não só: é para também esclarecer aqueles que têm reservas, têm dúvidas, têm críticas em relação ao nosso Partido.

E para convencer os que não estão convencidos: uma grande batalha de convencimento para esclarecer muitos e muitos portugueses, milhares de portugueses que ainda não acreditam que nós temos razão. A esses temos de lhes mostrar e provar que temos razão para que a força seja maior em defesa do Partido, dos direitos dos trabalhadores e para que se crie finalmente uma alternativa democrática.

Este Governo continua, como já vimos e como o demonstram os acontecimentos mais recentes, a política da «AD» em aspectos fundamentais.

Em a União, ajudando condições para que tenhamos a oportunidade de haver um movimento de libertação dos trabalhadores.

### ● Bancos privados com capitais emprestados pela banca nacionalizada: o escândalo dos escândalos

No que respeita às nacionalizações, é deste Governo que vem a política de delimitação dos sectores. Todos se lembram certamente da velha tentativa de abrir os sectores nacionalizados às empresas privadas, ao capital privado, de forma a que depois se facilitasse a liquidação das nacionalizações e a restauração dos monopólios. E a grande operação que eles tentam fazer desde 1976.

Conseguiram finalmente a aprovação da lei: a lei de delimitação dos sectores. Está aberta a banca, estão abertos os seguros e outros sectores básicos da nossa indústria ao capital privado.

Mas agora vejamos até que ponto vai este Governo nessa tentativa de restauração dos monopólios, utilizando todos os recursos do Estado, os recursos nacionais, para conseguir essa restauração.

Lembram-se certamente os camaradas e amigos que acompanharam desde o princípio esta questão que, inicialmente, o Governo tinha a exigência ou anunciava que ia ser feita a exigência de um mínimo de capital de três milhões de contos para qualquer entidade privada poder criar um banco. Mas, há dias, é-se surpreendido pela decisão do Governo de que já não são necessários três milhões de contos; agora basta um milhão e meio de contos.

Isto já por si mostra que o Governo se prepara não só para fazer nas palminhas os capitalistas, mas até para lhes dar o capital que eventualmente necessitem, facilitar aos capitalistas o capital que eles não têm, (já que não se justificaria dar bancos a quem não tem condições para ser banqueiro...).

Nós consideramos que a criação de bancos privados é inconstitucional, consideramos que não foram os bancos que foram nacionalizados mas sim a banca que foi nacionalizada e portanto não podem ser criados bancos privados.

Daí a afirmação que temos feito — e que foi repetida no nosso Congresso — de que nós, comunistas, se for criado qualquer banco privado, lutaremos pela sua nacionalização logo que haja possibilidade de o fazer. Se criarem bancos, eles virão a ser nacionalizados!

Mas mais: o Governo não só diminuiu o mínimo de capital necessário para criar bancos privados como ainda — o grande escândalo dos escândalos — é a banca nacionalizada que está a fazer empréstimos aqueles que querem criar bancos privados.

Isto é um verdadeiro crime contra a economia nacional; é um crime que necessita de ser rapidamente rectificado. Não se pode compreender que a banca nacionalizada, a banca do Estado, conceda créditos para serem criados bancos privados que irão concorrer com a banca nacionalizada. Até este ponto chegou a política sem a vergonha deste Governo.

## Juventude

## Conferência de Imprensa da JCP

# Subsídio aos candidatos ao 1.º emprego, aprendizagem e formação profissional, Serviço Militar e Objecção de Consciência

## — temas em foco

O apoio da Juventude Comunista Portuguesa ao projecto-lei do PCP sobre subsídio aos jovens candidatos ao 1.º emprego («uma iniciativa em defesa da juventude»), a posição da JCP face às questões da aprendizagem e da formação profissional (recorde-se que o Governo, através do Ministério do Trabalho, já tornou pública a sua proposta de lei de regulamentação da aprendizagem) e, finalmente, a posição da JCP quanto à legislação sobre Serviço Militar e Objecção de Consciência — estes os temas abordados na conferência de Imprensa realizada na passada semana em Lisboa pela direcção da JCP.

No encontro com os jornalistas (onde a Televisão marcou de novo a sua ausência) estiveram presentes os camaradas Augusto Carreto, do Comité Central do PCP, Jorge Patrício, deputado à Assembleia da República, e Paulo Areosa, membros do Secretariado e da Comissão Executiva da Comissão Central da JCP.

Os aspectos abordados na conferência de Imprensa, «que estão no centro das atenções da juventude portuguesa», exigem uma «ampla discussão e conhecimento público», como referiu Paulo Areosa. Além de terem fornecido aos profissionais da Comunicação Social presentes documentação sobre aqueles assuntos, os dirigentes da JCP sintetizaram as principais ideias dos jovens comunistas sobre cada um dos temas e responderam a várias perguntas.

Sobre o subsídio aos jovens candidatos ao 1.º emprego (cujo projecto-lei referimos na nossa edição do passado dia 5) e sobre a aprendizagem e formação profissional, aqui deixamos uma primeira referência

às posições divulgadas no encontro com os jornalistas. Quanto à legislação do Governo sobre o Serviço Militar e Objecção de Consciência, convidamos o amigo leitor para a página 15 do Suplemento desta edição do «Avante!».

### Subsídio aos jovens candidatos ao 1.º emprego

«Que faz o Governo PS/PSD? Acaba com o subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao 1.º emprego, medida já aprovada mas que, entretanto, não entrou em vigor. A apresentação do projecto-lei do PCP (...) é uma forma de fazer justiça e criar as condições mínimas de subsistência àqueles que, por razões que lhes são alheias e pelas quais não são responsáveis, não arranjam emprego».

Recorde-se, entretanto, alguns aspectos do projecto-lei apresentado pelo deputado comunista Jorge Patrício no passado dia 3 deste mês: «Consideram-se candidatos ao subsídio de desemprego jovens que nunca tenham trabalhado, ou



Paulo Areosa, Augusto Carreto e Jorge Patrício durante a conferência de Imprensa

tendo trabalhado não o tenham feito por um período superior a 180 dias nos últimos 360 anteriores à data do desemprego. É necessária para requerer o subsídio a inscrição prévia no Centro de Emprego há pelo menos três meses. O rendimento do requerente e/ou do agregado familiar não poderá exceder 70 por cento do valor mais elevado do salário mínimo nacional. O período de atribuição poderá prolongar-se até 450 dias, ficando o subsídio obrigado a fazer prova em como continua a reunir os requisitos gerais de atribuição do subsídio, no decurso do 6.º e 12.º meses».

Calcula-se em mais de 200

mil o número de jovens à procura do 1.º emprego. É um grave problema juvenil e nacional — sublinha a JCP.

### Aprendizagem e formação profissional

A proposta de lei de regulamentação da aprendizagem elaborada pelo Governo «não responde às aspirações e problemas reais dos jovens. Antes colocará nas mãos do patronato um instrumento legislativo que lhe permitirá criar um autêntico exército de mão-de-obra barata, desprovida de direitos e regalias sociais, que poderá contratar e despedir a seu bel-prazer».

«Uma política de formação profissional é parte integrante de uma política geral de desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país. Daí que a luta pela implementação de um sistema nacional de formação profissional seja indissociável da luta por uma política contrária à que é prosseguida pelo Governo PS/PSD, por uma alternativa democrática. É nesta perspectiva que a JCP defende a implementação de uma verdadeira política de formação profissional, com a definição de um Sistema Nacional que garanta uma habilitação profissional de base e um aperfeiçoamento contínuo (...)».

## Algarve

# Jovens comunistas apostam no reforço da organização e da luta juvenil

Os jovens comunistas do Algarve realizam em 27 de Maio próximo a sua 1.ª Assembleia da Organização Regional da JCP, «com o objectivo de aprofundar a discussão sobre os problemas dos jovens da região, definir as propostas da JCP para a sua resolução e desta forma contribuir para a preparação do 2.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa». A marcação da 1.ª Assembleia ocorreu na última reunião alargada da DORAL da JCP, realizada no passado dia 8, no Centro de Trabalho do PCP em Faro. Nessa reunião, a DORAL analisou a actual situação política, com destaque para «as consequências da política do Governo PS/PSD na vida dos jovens algarvios» e fez um balanço da actividade da JCP na região, durante 1983, tendo ainda discutido «objectivos de trabalho para o ano que agora se inicia». No final, foi aprovado um documento organizado em três partes fundamentais: «Um Governo contra Abril, uma política contra a Juventude», «No caminho de Abril, prosseguir a luta» e «A Juventude Comunista no Algarve». É desse documento que em seguida apresentamos algumas passagens mais significativas.

### 13 mil desempregados, 3 mil estudantes «a mais»...

O Governo PS/PSD é o tal Governo que prometeia lançar esquemas de emprego especialmente para os jovens, estabilidade no emprego e revisão da lei dos contratos a prazo.

Só que ao contrário do que prometia, a sua actuação ca-

racteriza-se por ataques aos direitos dos trabalhadores:

- Empresas com o pagamento de salários em atraso (só no Algarve, são de destacar, entre outras, a «Embamar», «Saias» e «Concentral» no sector conservatório; «Ormis» no sector metalúrgico, e algumas pequenas empresas na construção civil);
- Instabilidade no emprego

provocado pela perspectiva da aplicação do «lay-off», pelo uso e abuso dos contratos a prazo e por situações em que os trabalhadores não têm qualquer contrato de trabalho;

- Desrespeito pelos trabalhadores-estudantes, nomeadamente quanto ao não cumprimento da obrigatoriedade de concessão de horas de estudo;

- Roubo do 13.º mês e corte do subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego;

- Ausência de medidas de combate ao desemprego, que atinge mais de 13 mil trabalhadores no Algarve.

O Governo PS/PSD prometeia estabilidade no Ensino. Tem um ministro da Educação, o tal, que veio à Televisão garantir o início do ano lectivo nos primeiros dias de Outubro.

Só que ao contrário do que prometiam, estudar tornou-se ainda mais difícil:

- O ano lectivo não se iniciou, foi-se iniciando. A Escola Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, só no início do 2.º período começou verda-

### 1.ª Assembleia Regional da JCP marcada para 27 de Maio

delramente a funcionar; outras começaram com falta de professores e instalações em obras;

- As instalações estão superlotadas em diversas escolas. Existem 3000 alunos a mais nas escolas do Algarve, ou melhor, existem instalações a menos para 3000 estudantes;

- A subida do custo dos transportes e do material escolar, a subida dos preços nas cantinas e a redução dos subsídios para aquisição do passe social, motivaram o abandono escolar de muitos jovens;

- A entrada em funcionamento de alguns cursos na Universidade do Algarve não superou, por si só, as dificuldades no acesso ao Ensino Superior por parte dos jovens da região.

### Novas formas de organização

Face aos grandes problemas que atingem os jovens no Algarve, a Juventude Comunista aponta o único caminho possível: a luta pelo direito ao trabalho e à estabilidade no emprego, a luta pelo acesso ao ensino e pelo direito a um ensino de qualidade, a luta pelo direito à habitação, a luta pela concessão de facilidades no acesso à cultura e ao desporto, a luta pela paz e o desarmamento.

As pequenas lutas locais ou sectoriais exigem a criação de novas formas de organização e movimentos específicos. É necessário e é possível reanimar e reforçar estruturas já existentes, para que, mais uma vez, os jovens estejam em condições de poder dar a sua contribuição à luta pela concretização das aspirações populares e das suas próprias aspirações (...)

(...) Impulsionando a luta da juventude em defesa dos seus direitos e aspirações, em defesa de Abril, a Juventude Comunista Portuguesa tem desempenhado um papel fundamental no movimento juvenil no Algarve, tendo em consequência da sua intervenção política reforçado a sua organização.

# II Conferência Nacional do Ensino Superior já tem data marcada

Foi marcada para 31 de Março e 1 de Abril próximos a II Conferência Nacional do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), uma das grandes iniciativas programadas pela organização para este ano de 1984. A Conferência tem os seguintes objectivos fundamentais: analisar a situação política e o movimento estudantil, actualizar propostas e tomar medidas que visem a dinamização do movimento e da luta estudantis na Universidade, analisar a situação da organização da JCP no Superior e tomar medidas no sentido da sua dinamização e reforço da sua intervenção, eleger a nova Direcção Central do Ensino Superior (DCES) da JCP.

«Arrastamento da crise universitária» e «degradação crescente das condições de estudo e de trabalho» são características da situação actual na Universidade, como refere a DCES dos jovens comunistas, na nota divulgada à Comunicação Social no passado dia 11, e onde o gabinete de Imprensa da JCP comunica as conclusões da última reunião da DCES, realizada no dia 8, na cidade de Coimbra.

### Forte movimento estudantil

Depois de referir que «os problemas dos Serviços Sociais, das habilitações (cursos de LLM, Ciências e Psicologia), do ensino político, da licenciatura para os ISSS, da reestruturação e agravamento da selectividade nas Medicinas, do ensino artístico e dos cortes orçamentais são hoje a expressão mais visível da grave situação que a Universidade atravessa», a DCES da JCP sublinha o significado do forte movimento estudantil universitário em resposta à degradação crescente da situação na Universidade.

A Juventude Comunista destaca, a propósito, que «ao longo do primeiro período lectivo desenvolveram-se nas escolas das três principais academias mais de duas dezenas de lu-

enfeudadas ao Governo, que não tiveram a coragem de optar pela defesa dos interesses estudantis; e que é de maior importância que os estudantes universitários reclamem uma mudança de atitude dessas DAE's, mais de acordo com as necessidades actuais de reforço da unidade e solidariedade estudantil e

### A Direcção Central do Ensino Superior da JCP analisou e caracterizou a actual situação na Universidade na sua última reunião, realizada no passado dia 8, na cidade de Coimbra

mais de acordo com as tradições estudantis de independência face ao poder político.

Depois de revelar que decidiu contribuir para a apresenta-



apoio à decisão das AE's de fazer do Dia do Estudante (24 de Março) um momento alto de convívio, solidariedade e luta.

### Seabra: do autoritarismo ao ridículo...

Noutra passagem da sua nota informativa, a DCES da Juventude Comunista sublinha que «as presentes dificuldades da Universidade portuguesa são o resultado de uma política concreta que, de Cardia a Sea-

bra, tem estado afastada dos interesses dos estudantes e do País». Uma das conclusões a que chegou a última reunião daquela organização da JCP é que «não é possível ultrapassar a crise da Universidade sem uma nova política e um novo governo que a concretize».

A continuação de Augusto Seabra à frente do Ministério da Educação, afirma a JCP, é «uma afronta à Universidade e ao movimento estudantil». Figura tão profundamente marcada pelo autoritarismo, pela incompetência e pelo ridículo, o ministro Seabra deve ser demitido das suas funções. Esta posição da JCP associa-se a outras já divulgadas publicamente por estruturas, organizações e personalidades diversas ligadas à esfera educativa.

Outras conclusões da reunião da DCES apontam para a dinamização na Universidade de um forte movimento em torno das comemorações do 10.º aniversário da Revolução de Abril, «que expresse a força dos ideais democráticos no movimento estudantil», e para um novo impulso ao movimento de luta pela Paz na Universidade, «na sequência da experiência da actividade desenvolvida para o Festival Dêem Uma Oportunidade à Paz e para as Marchas da Paz».

### Campanha de reforço da JCP

Confirmando-se na Universidade como «a única organização política juvenil que, de uma forma consequente, luta e trabalha para a unidade e defesa dos interesses estudantis», a JCP não esquece, porém, «algumas deficiências orgânicas que é urgente ultrapassar» e revela que decidiu promover uma campanha de alargamento e reforço da organização na Universidade, tendo como grande objectivo «um forte aumento do número de efectivos».

Além das Conferências de Maio em todas as Universidades do País, a JCP decidiu ainda realizar em 31 de Março e 1 de Abril a II Conferência Nacional do Ensino Superior.

Finalmente, a DCES da JCP saudou a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP de apresentação de um projecto de lei propondo a atribuição de um subsídio aos jovens à procura de primeiro emprego, decidiu dinamizar a discussão pública em torno dos projectos de lei sobre a legalização do aborto e sobre a opinião dos comunistas quanto ao serviço militar obrigatório e à objecção de consciência.



## Continuar a luta

### Universitários comunistas apontam três direcções

A Direcção Central do Ensino Superior da JCP saúda todos os estudantes universitários em luta e apela à continuação e ao reforço da luta estudantil:

- Pela satisfação das reivindicações aprovadas no Encontro Nacional de Aveiro; revisão das captações e montantes das bolsas, reestruturação dos Serviços Sociais, inquérito aos Serviços Sociais, cantinas abertas ao domingo, melhoria da qualidade da alimentação.
- Reforçando a coordenação nacional das lutas pedagógicas comuns às várias academias: habilitações (Letras, Ciências, Psicologia), Politécnico (ISE's e IS-CA's) licenciatura (ISSS's), ensino artístico e Medicinas, cortes orçamentais.
- Resistindo em cada escola e curso às injustiças e à degradação da qualidade de ensino.

tas, em muitos casos vitoriosas, assentando em formas massivas de participação estudantil e em formas de luta combativas, entre as quais a greve», salientando «a grande importância da luta dos Sociais, de uma amplitude e combatividade sem paralelo na história recente do movimento estudantil: uma dezena de RGA's, cerca de 60 meetings e plênários diversos em todo o País, cerca de 30 acções de ocupação e boicote em 13 cantinas, ocupação da Reitoria da Universidade de Lisboa durante 15 dias, paralisação da cantina e Universidade de Aveiro durante 15 dias, acções de protesto nos S. Sociais do Porto e de Lisboa e na Assembleia da República».

### A luta estudantil e o comportamento de algumas DAE's

Os universitários comunistas reafirmam o seu empenho na luta estudantil e consideram que «a luta se confirmou como a forma mais útil, e muitas vezes a única, de os estudantes universitários fazerem ouvir as suas opiniões e defenderem os seus interesses e direitos».

A DCES da JCP salienta, entretanto, que esta mobilização estudantil foi prejudicada pelo comportamento de algumas Direcções Associativas

ção pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República de projectos-lei sobre Autonomia Universitária e Gestão das escolas superiores, que contemplem as opiniões do movimento estudantil — divulgadas em reuniões, encontros, acções de luta, documentos, etc. — a Direcção Central da JCP «apela a todos os colegas interessados no combate firme à degradação da Universidade, para que façam das próximas eleições estudantis uma grande batalha de esclarecimento e mobilização a favor das propostas e reivindicações estudantis», afirmando, por outro lado, o seu inteiro

## Debate em Direito

Realiza-se amanhã (dia 20), com início às 17 horas, no anfiteatro 3 da Faculdade de Direito de Lisboa, um debate a propósito da legalização do aborto e dos projectos-lei do PCP e do PS.

Para o debate foram convidados os grupos parlamentares do PCP, PS, PSD e CDS, bem como diversas outras personalidades.

A organização desta iniciativa cabe ao Colectivo da JCP da Faculdade de Direito de Lisboa e integra-se na preparação da II Assembleia da Organização do ensino superior de Lisboa, que terá lugar no dia 29 do corrente mês de Janeiro.

## Região do Porto

# 1.ª Assembleia Distrital no dia 8 de Abril

O plenário da Direcção da Organização Regional do Porto da JCP marcou para 8 de Abril a 1.ª Assembleia Distrital da organização, cujos objectivos são o aprofundamento da discussão sobre os problemas da juventude trabalhadora e estudantil do distrito, definição das propostas da JCP para a resolução desses problemas, eleição da nova direcção distrital da organização e preparação do 2.º Congresso da JCP, a realizar no segundo semestre deste ano.

Reunido no passado domingo, o plenário da DORP da JCP sublinhou que «só com a

luta será possível resolver os problemas da juventude» e apontou a necessidade de «construir a alternativa» (ao actual Governo PS/PSD), «na perspectiva da formação de um Governo democrático de salvação nacional, que responda efectivamente aos problemas e aspirações da juventude».

Entre as grandes frentes de luta que se colocam aos jovens portugueses, a DORP da JCP destaca o direito ao trabalho, a luta contra o «lay-off», contra os despedimentos e os contratos a prazo, pelo direito ao ensino e à habitação, pela criação de melhores condições

para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório e regulamentação do exercício do direito de Objecção de Consciência, pela aprovação dos projectos apresentados pelo PCP na Assembleia da República sobre despenalização do aborto e de subsídio para jovens à procura do primeiro emprego, pela paz e pelo desarmamento.

No seu último plenário, a DORP dos jovens comunistas abordou a actual situação política, a participação juvenil nas próximas batalhas e o plano de trabalho da organização para o corrente ano.

Trabalhadores

De 26 a 28 de Janeiro: jornadas nacionais

«Por uma vida melhor nova política, novo Governo» — reivindica a CGTP-IN

O Governo PS/PSD é «o principal factor de agravamento da crise económica e financeira, das condições de vida do Povo português e de desestabilização e insegurança social», afirmou antontem a CGTP em conferência de imprensa. Adiantando um «não» decisivo ao Conselho Permanente de Concertação Social e apelando «uma nova política e um novo Governo», os dirigentes da Intersindical Nacional classificaram o CP/PSD como «mais um órgão de fachada e de feição vincadamente corporativa». A Central, que reclama «pela primeira vez um novo Governo», apela «solamente à participação activa e massiva de todos os trabalhadores, de todos os democratas e patriotas» nas manifestações que convocou para o próximo dia 26 em todo o País. No âmbito da Jornada Nacional, a iniciar no dia 26 e

que culminará com as acções marcadas para 28 do corrente, estão a decorrer centenas de plenários de empresa, encontros de activistas sindicais e visitas de dirigentes nacionais da CGTP-IN a regiões e locais de trabalho. A jornada nacional de 26 a 28 de Janeiro, que será antecedida de várias lutas encabeçadas pelo movimento sindical unitário, sobretudo contra o bloqueamento da contratação colectiva (mais de 1 milhão de trabalhadores prejudicados, segundo a CGTP) tem início com «acções de luta em todas as empresas nacionalizadas, públicas e participadas (paralisações, concentrações, manifestações, plenários, abaixo-assinados, etc.) mobilizando os trabalhadores para a defesa dos seus direitos e, em especial, dos postos de trabalho e do pagamento

atempado, integral e actualizado dos salários, bem como para a execução de uma nova política que respeite a Constituição e promova o desenvolvimento económico». Reunidas em plenário, segunda-feira passada em Lisboa, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) de 50 empresas públicas nacionalizadas e participadas aprovaram um documento de análise à actual situação do sector empresarial do Estado (SEE) e decidiram, após debate, além das acções já referidas para o dia 26, «intensificar a denúncia sistemática das acções lesivas da economia nacional, levadas a cabo pelo Governo e seus servidores nos conselhos de gerência ou gestão nas empresas públicas, nacionalizadas e participadas, promovendo um amplo esclarecimento

dos trabalhadores e da opinião pública em geral, que impeça a sua concretização; exigir a imediata entrada em funções dos gestores eleitos pelos trabalhadores; repudiar a actuação vergonhosa de alguns órgãos de comunicação estatizados e, em particular, da RTP e RDP, na cobertura de conflitos e problemas existentes no sector (SEE), exigindo à RTP a realização e transmissão de um debate sobre o sector empresarial do Estado com a participação dos representantes dos trabalhadores; manifestar mais uma vez o firme propósito de, em cada empresa nacionalizada, pública ou participada, onde a economia nacional esteja a ser lesada, ou os direitos e interesses dos trabalhadores espezinhados, constituir uma forte barreira de luta, impedindo por todos os meios constitucionais ao seu alcance a concretização de

tais objectivos; congratular-se com a decisão do movimento sindical de convocar uma jornada nacional de luta subordinada ao lema «por uma vida melhor, uma nova política, um novo Governo». O plenário das ORTs do SEE, que acusou o Governo de «actos de traição à economia nacional», refere com algum pormenor casos conhecidos como a SNAPA, GELMAR, CPP, CTM, EPAC, ANOP, EPNC, Setenave, Sorefame, Mompor, Cometa, Equimetal; refere o «lançamento de milhares de trabalhadores no desemprego»; rejeita «a prática de actos discriminatórios de empresas públicas em favor das empresas privadas»; condena a fuga de capitais e rejeita a nova «delimitação dos sectores», com a entrega da banca, seguros, cimentos e adubos ao capital privado.



No prosseguimento das acções de luta pela defesa do sector empresarial do Estado, dos postos de trabalho e dos salários (na imagem, trabalhadores da Guimigal - Barreiro), representantes de 50 empresas públicas nacionalizadas e participadas convocaram em plenário várias acções para o próximo dia 26. Uma passagem do documento saído da reunião denuncia «a paralisação de grandes projectos nacionais, o completo estrangulamento de algumas empresas do sector, os aumentos de preços de bens e produtos essenciais, bem como dos transportes. Citando as chamadas «Grandes Opções do Plano», e o Orçamento do Estado, as ORTs realçam «a importância do sector público para a economia nacional». É o próprio Orçamento que a reconhece, prevendo ir buscar às empresas públicas «cerca de 58 milhões de contos» em 1984, «isto é, mais 43,2 por cento que em 1983».

LUTAR CONTRA A REPRESSÃO

Liberdades e direitos sindicais fortemente ameaçados pelo governo Denuncia a CGTP-IN

RECLAMADA A DISCUSSÃO SOBRE SEGURANÇA SOCIAL

A propósito das comemorações do 18 de Janeiro, a CGTP-Intersindical Nacional divulgou recentemente alguns números significativos sobre a repressão. «Cerca de uma centena de suspensões e despedimentos de activistas sindicais» é incluída nesse total referente ao ano passado. Outro elemento digno de atenção nesse balanço da Central são as «cerca de trinta intervenções policiais em 1983 contra direitos e liberdades dos trabalhadores». A Inter, que comemorou o 18 de Janeiro sob o lema da defesa das liberdades sindicais, reafirma que essas liberdades e direitos «estão a ser fortemente ameaçados pelo Governo PS/PSD». Outras medidas e actos governamentais confirmam a justeza desta acusação da CGTP, que recentemente se fez eco de vários protestos sindicais contra a não inclusão de qualquer representante dos trabalhadores no debate promovido pela RTP em 10 do corrente sobre «concorrência» e liberalização de importações de cereais e outros produtos de grande consumo.

A CGTP intervinha entretanto no sentido de ser submetida à discussão pública a lei de bases da Segurança Social.

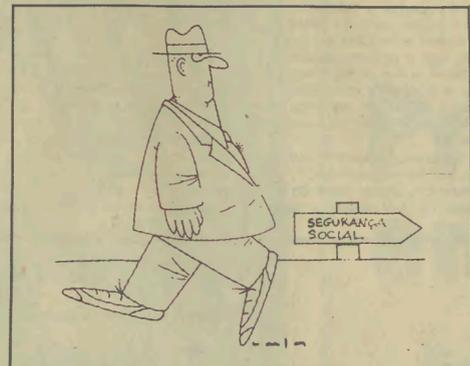
Acusando decisões dos tribunais, designadamente do Supremo Tribunal Administrativo, a Inter protesta pela falta de cumprimento dessas decisões e cita os casos da Fábrica de Louças de Sacavém, da Casa Hipólito, Hotel Altis e Cometa.

- No primeiro desses casos, apesar de decidida judicialmente, ainda não se efectuou a reintegração de 11 dos 17 trabalhadores despedidos em 1982. Na Casa Hipólito, o acórdão do Supremo (STA), que ordena a reintegração de quatro delegados sindicais, continua também por concretizar. No Hotel Altis, cinco despedimentos, incluindo uma trabalhadora então grávida e um delegado sindical, em 1979, foram anulados também pelo STA após recurso patronal, sem que até agora os trabalhadores fossem reintegrados.

- A Inter, referindo ainda outras situações de «igual gravidade», registadas «perante a passividade do Governo», recorda o caso de «um inspector do trabalho que rasgou um auto levantado por agressão e suspensão de um delegado sindical na Pastelaria Mexicana, alegando para isso «instruções superiores». ram suspensos ou despedidos dirigentes, delegados sindicais e membros de ORTs (organizações representativas dos trabalhadores). Entre os casos mais significativos, a Inter refere: ● A suspensão de 45 delegados e dirigentes sindicais; ● A suspensão de 2 membros da comissão sindical e de toda a comissão de trabalhadores da Covina; ● A suspensão de 31 membros de outros órgãos representativos; ● O despedimento de 6 delegados sindicais; ● O despedimento de um membro de uma CT; ● O despedimento de 6 membros de outras ORTs; ● A instauração de processos disciplinares a um delegado sindical e a um membro de ORTs; ● A agressão de 2 delegados sindicais pelos patrões.

Suspensões e despedimentos selectivos foram, segundo a CGTP, «a tónica marcante do ano de 1983 no que diz respeito a liberdades e direitos sindicais dos trabalhadores nas empresas».

Intervenções policiais Com boa parte delas já durante a vigência do Governo actual, divulga ainda a Central, relativamente ao ano passado, «cerca de três dezenas de acções repressivas da GNR,



PSP e outras forças policiais contra trabalhadores em luta».

Sobre esta matéria, a Inter alerta ainda para o facto de, embora o quadro político ter sido «completamente modificação com o 25 de Abril», as liberdades sindicais continuarem a «ser alvo de sucessivos ataques por parte dos vários governos a partir de 1976/1977».

Nun apelo à defesa intransigente dos direitos e liberdades, a Intersindical lembra a acção da direita e do patronato ao criarem a «organização divisionista UGT», os «sindicatos amarelos/paralelos», a «alteração da legislação sindical e laboral (lei das quotizações, etc.)» e a «cobertura dada pelas organizações de direita a acções terroristas contra sedes de estruturas sindicais», bem como «o assassinio de trabalhadores da Reforma Agrária, no Primeiro de Maio de 1982 no Porto e na CIFA de Valongo».

Segurança Social: «O projecto é mau»

Antes de sublinhar que as verbas atribuídas ao sector da Segurança Social «dependem sobretudo da vontade política dos dirigentes deste país», a CGTP, analisando o projecto de lei de base para aquele sector, com o início do debate previsto para 17 do corrente na Assembleia da República, afirma que «o projecto é mau, não traz nada de novo face à actual situação da Segurança Social e não é mais do que a súmula da legislação hoje existente». Reclamando a «discussão pública» do referido projec-

Salários e contratação Recusados aumentos do Governo

Associações e comissões negociadoras sindicais representativas dos ramos da Função Pública; metalurgia, metalomecânica e minas; indústrias eléctricas; EPAL (Empresa Pública das Águas Livres) e transportes públicos destacam-se, por várias formas, na luta pela solução imediata de processos relacionados directamente com a contratação colectiva, com a garantia de emprego e a boa ordem das empresas, nos aspectos financeiro, económico e social.

A consciência do serviço público prestado por algumas dessas unidades empresariais e serviços, nos casos mais recentes da CP, Carris, EPAL e Função Pública tem sido bem demonstrada pela insistência sindical no diálogo e na negociação, formas de intervenção sempre difíceis e contrariadas pelo Governo e os seus agentes incluindo, por vezes com destaque, os divisionistas da UGT.

As tentativas para evitar situações de ruptura nas negociações, sobretudo no que respeita a tabelas salariais e outras cláusulas da contratação que impliquem aumentos, têm resultado pontualmente em casos como o da Carris (onde as dificuldades não foram de todo vencidas), mas revelam-se cada vez mais difíceis, obrigando ao recurso à greve, na EPAL, CP, CEL-CAT e mesmo na Função Pública, onde as formas de luta podem agudizar-se conduzindo também à paralisação.

26,5 contra 11,45% na CEL-CAT

Depois de «uma paralisação total da produção» durante meio-dia em 6 do corrente, «como resposta às manobras da administração e do Ministério do Trabalho», onde a tabela salarial para 1984 se encontra «bloqueada» em fase de conciliação, os trabalhadores da CEL-CAT, grande empresa do ramo das indústrias eléctricas, representados por uma comissão negociadora sindical e pelo SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) o mais representativo na empresa, marcaram para ontem uma greve de 24 horas com o mes-

Hoje, acções de luta na FP, greve anunciada na CEL-CAT Prevista paralisação na EPAL

vêm decorrendo, encontram-se em situação de bloqueamento pelo facto de a empresa continuar de forma prepotente a impor propostas ridículas de aumento da tabela salarial, assim como para as várias cláusulas de expressão pecuniária». Recentemente, segundo veio a público, as organizações sindicais representadas na EPAL mantinham uma proposta de 23,4 por cento de aumentos globais para 1984.

A CNS/Metalúrgicos salienta que os trabalhadores não têm outra alternativa que não seja a da luta, «cujos resultados se traduzirão num prejuízo real para a população consumidora, e serão da inteira responsabilidade do Governo e do conselho de gerência» da EPAL.

FP: Governo mantém 14%

No entanto, em nota de 13 do corrente, a CNS/SIESI mantinha-se disposta a prosseguir as negociações e a suspender a paralisação aprovada. Aquelas organizações sindicais, segundo a moção que marcava a greve para ontem, reafirma «a total disponibilidade para o prosseguimento e intensificação da luta, caso a administração não saia da sua posição intransigente». «O processo não está, no entanto, concluído», lembra a comissão executiva da FES-TRU. Em nota da quinta-feira passada a Federação, que condena o papel da UGT nas negociações, salienta que, se o aumento global ficar pelos 19 por cento, os trabalhadores sofrerão em 1984 «nova e pesada quebra no seu poder de compra».

Quanto à intervenção da UGT nas negociações, a FES-TRU acusa aquela organização divisionista de ter-se atrelado à greve para «travar o poder reivindicativo da luta dos trabalhadores dentro dos limites fixados de antemão pelo Governo».

Denunciando «a prática servilista da UGT», a Federação, que pormenoriza algumas manobras divisionistas nas negociações da Carris, afirma que um dos «golpes» ugélistas foi o de assinar um «acordo de princípios, que fixa o aumento salarial em 18,9 por cento na tabela e 18,5 por cento no global». E isso «porque o Governo e o FMI prevêm no Orçamento do Estado que os aumentos salariais das empresas públicas devem ficar a 5 pontos da taxa de inflação prevista oficialmente para 1984 — 24 por cento».

- Mantêva a intenção de aplicar os 14 por cento; ● Tentou justificar esta proposta com «estudos financeiros» sem credibilidade, que foram prontamente postos em causa pelos sindicatos; ● Argumentou com «limitações orçamentais», contrariando assim as afirmações públicas do próprio ministro Almeida Santos. Ficou marcada nova reunião



Anunciada para hoje paralisação de 24 horas na EPAL

## Internacional

# Que Paz?

## O discurso de Reagan — ou as palavras e os actos

«O vaqueiro está a tentar conduzir o seu cavalo em duas direcções: por um lado, apaziguar a opinião pública, por outro, prosseguir na escalada da agressão» — afirma-se em recente editorial do «Daily World», órgão central do Partido Comunista dos Estados Unidos, numa referência à política de Reagan.

Num momento em que o presidente norte-americano (em vésperas de Estocolmo e tendo já provavelmente na mira o início da campanha eleitoral para as presidenciais) se tenta arvorar em paladino da paz — esta análise surge como particularmente oportuna.

Porque é fora de dúvida que é exactamente isto que se está a passar. Sendo que ambas as direcções visam o mesmo objectivo e estão embebidas de um mesmo espírito: o anticomunismo. São — em síntese — duas faces da política agressiva de Washington: guerra psicológica juntamente com a guerra «quente».

### O discurso de Reagan

De há muito não se ouviam na Casa Branca expressões que mesmo vagamente tivessem alguma relação com palavras de Paz. Entretanto, na sua última «conversa em família» na TV norte-americana, Reagan aparece a afirmar que «os Estados Unidos e a União Soviética deverão examinar conjuntamente acções concretas para que ambos possamos reduzir o risco de uma confrontação. Devemos encontrar os meios para reduzir os enormes arsenais de armamentos no mundo». Ou ainda: «deveríamos recordar-nos sempre que temos interesses comuns, entre os quais se conta, principalmente, a prevenção da guerra e a redução dos armamentos».

Inflexão de política? Subito assomo de realismo?

Não vale a pena alimentar ilusões — que é isso mesmo que com este discurso se pretende.

Em primeiro lugar, porque contraria os factos e não é apenas com palavras de paz que a Paz se constrói. Mas com actos. E não consta que o presidente norte-americano se tenha proposto — por exemplo — retirar os mísseis em fase de instalação na Europa. Ou que avance com a retirada dos *marines* do Líbano e dos instrutores militares das Honduras (muito pelo contrário — como fica exemplarmente claro com o relatório Kissinger).

Em segundo lugar porque no próprio discurso, está lá, para quem a queira ver, a base do pensamento imperialista — partir de posições de força.

E assim, Reagan afirma: «os Estados Unidos encontram-se em 1984 na melhor posição, desde há vários anos, para estabelecer uma relação de trabalho realista e construtiva com a União Soviética». E mais: «a dissuasão americana é mais credível e garante um mundo mais seguro, porque é agora menor o perigo de a União Soviética subestimar a nossa força ou duvidar da nossa determinação».

### E os factos?

Afirmações que nos conduzem a Granada («a restauração de uma verdadeira democracia naquela país — que pode ser um bom exemplo para outras partes do mundo» — palavras do embaixador dos

EUA em Lisboa). Os *marines* bombardeando populações libanesas — a pretexto de «repressão» — tal como os nazis durante a Segunda Grande Guerra. As armas americanas utilizadas contra o povo angolano (mesmo armas químicas). O plano Kissinger para a América Latina, que assenta num acrescido auxílio militar aos governos antipopulares, em particular ao de El Salvador, para fazer frente a uma «ameaça directa aos interesses norte-americanos» (a ameaça dos povos; a ameaça do movimento revolucionário). E ainda — e particularmente — os novos mísseis na Europa, a 10 minutos de distância dos centros vitais da comunidade socialista.

Nisto se resume a «melhor posição, desde há vários anos», dos EUA, que o presidente norte-americano realça num discurso que pretende ser um discurso de paz... Uma — frouxa — tentativa de tapan a boca aos 20 milhões de pessoas que, só no ano de 82, saíram à rua para exigir dos governos capitalistas uma verdadeira política de Paz.

Subestimando a memória dos povos que têm presente que o programa eleitoral de Reagan, em 1980, incluía, entre outras, uma afirmação inequívoca: «Actuaremos com o objectivo de um aumento permanente das despesas com a defesa a fim de finalmente atingir uma posição de superioridade militar».

Subestimando a capacidade e vontade dos países socialistas de impedir a violação do equilíbrio estratégico, defender o futuro, trabalhar pelo desenvolvimento, numa significativa comunhão de objectivos com o imenso e heterogéneo movimento mundial pela Paz.

## América Latina

# Do relatório Kissinger ao plano Jackson a mesma política

As conversas em família de Ronald Reagan, que todos os sábados chegam através da rádio a casa dos cidadãos americanos, não diferem muito das do defunto Marcelo Caetano, no que respeita aos seus objectivos. Com elas pretende Reagan convencer os seus compatriotas que a política que prossegue é a melhor do mundo e arredores; convencer pela repetição que todas as medidas da sua administração têm como supremo fim a defesa da paz no mundo em geral e dos Estados Unidos em particular.

Tarefa sem dúvida difícil mesmo para quem dispõe de inesgotáveis recursos de informação e propaganda, quando a prática diária se encarrega de desmentir as campanhas de opinião cuidadosamente construídas, para já não falar nas

der maior clareza; até mesmo os norte-americanos mais receptivos não poderão perante tais afirmações, recebidas a par das notícias da escalada de guerra não declarada dos EUA contra a Nicarágua e da situação em El Salvador, dei-



Manifestações nos Estados Unidos contra a política belicista de Reagan, a ingerência militar, em particular na América Central e Caraíbas.

cada vez mais frequentes fugas de informação que põem a nu os reais objectivos da política externa dos Estados Unidos.

As próprias intervenções públicas do presidente Reagan terminam em última análise por jogar contra ele, já que não há artifícios que consigam transformar planos de agressão em planos de paz.

Ainda no passado sábado isso aconteceu, quando Reagan anunciou o «plano Jackson para a democracia, paz e recuperação na América Central», que mais não é do que o plano Kissinger com novo título (ver o Suplemento desta edição). Um porta-voz da Casa Branca afirmou a propósito que ele abarcará todos os conselhos do relatório elaborados pela comissão Kissinger atendo à que a crise na região é extremamente grave.

Como Reagan disse o «plano Jackson» inclui reformas políticas e substanciais aumentos dos «auxílios» económicos e militares aos países amigos da América Central, e ainda o que for possível para melhorar a segurança do Istmo.

Seria despropósito preten-

der de pensar nas implicações de um tal plano, sobretudo quando os aumentos de verbas para semelhantes «auxílios» afectam cada vez mais sectores como a assistência social, educação e outros a nível interno.

### O acordo secreto

Mais do que uma novidade, o «plano Jackson» aparece como o corolário de uma série de planos secretos que a administração Reagan tem vindo a cozinhar e que vão sendo revelados na mais surpreendente vaga de fugas de informação que Washington já registou.

Justamente uma semana antes do discurso radiofónico de Reagan já referido, um alto funcionário da sua administração revelou a existência de um acordo secreto entre El Salvador e os Estados Unidos, em que o governo salvadoreño se comprometia a reduzir as actividades dos «Esquadrões da Morte» em troca de mais ajuda militar norte-americana.

Segundo aquela fonte, o acordo foi celebrado em 11 de Dezembro último, aquando da visita do vice-presidente Geor-

ge Bush a El Salvador, de modo a permitir a Reagan solicitar ao Congresso uma ajuda adicional entre os 100 e os 150 milhões de dólares, ou seja, mais do dobro dos 46,8 milhões já aprovados pelo Congresso para este ano fiscal que termina em 30 Setembro.

Nos termos daquele acordo, os Estados Unidos exigem dos ditadores salvadoreños acções contra os «Esquadrões da Morte», como a prisão, exílio ou afastamento dos funcionários militares, suspeitos de participação em sequestros ou assassinatos e uma redução ou eliminação da violência de



mãos atadas para actuar contra os responsáveis dos «Esquadrões da Morte» já que eles fazem parte no essencial do aparelho de Estado político-militar. Numa tímida tentativa para cumprir a sua parte no acordo, o governo salvadoreño prendeu no passado dia 20 de Dezembro o capitão Altonso Villa, suspeito da morte dos seis norte-americanos; um major e um tenente-coronel foram transferidos para missões no estrangeiro e o Estado Maior da Força Armada condenou as acções dos «Esquadrões da Morte». A acção ficou-se por aqui: os principais dirigentes assassinos amantêm-se nos seus cargos, e os seus crimes continuam, como sucedeu na primeira semana do ano.

O facto de Reagan não apresentar ao Congresso, de seis

em seis meses, informações sobre os avanços no cumprimento da defesa dos direitos humanos em Salvador fala por si; nem o larguíssimo conceito americano de direito humano abarca as atrocidades dos fascistas no poder e dos seus grupos para-militares naquele país.

Os acordos secretos, o relatório Kissinger, o plano Jackson e o mais que possa ser inventado não modificará a disposição dos povos em lutar pela sua liberdade.

Em ano de eleições, Reagan não colherá dividendos da sua escalada agressiva na América Latina ou em qualquer outra parte do mundo. Mais cedo ou mais tarde os norte-americanos acabarão por entender que uma nova realidade está a consolidar-se no sub-continent e a aprender a viver com ela.

## Fidel Castro: «Os EUA não podem impedir a Revolução»

Chegou a altura em que os dirigentes dos Estados Unidos têm de compreender que a América Latina, que durante décadas eles encaramaram como o seu «pátio das traseiras» natural — onde impuseram e derrubaram governos, onde deram ordens e onde os seus embaixadores tomaram decisões que deviam competir exclusivamente aos presidentes dessas repúblicas — já não existe. Já está bem na altura dos Estados Unidos compreenderem que o socialismo é uma realidade firme numa grande parte do mundo, que não pode ser eliminado, nem pela guerra, nem pela pressão económica ou militar.

As palavras são do presidente cubano, Fidel Castro, em recente entrevista à «Newsweek», e revestem-se da maior oportunidade. Tal como no seu discurso por ocasião do XXV aniversário da Revolução de Cuba, onde a dado passo afirmou:

«Hoje os EUA podem dar-se ao luxo de invadir Granada, bloquear economicamente e ameaçar duas pequenas nações como Cuba e Nicarágua, mostrar as garras e arrastar os dentes em El Salvador e na América Central, porém o sistema de domínio imperialista na América Latina está em crise. As ditaduras militares de direita no Chile, Argentina, Uruguai e outros países, último recurso do imperialismo e do capitalismo, fracassaram estrondosamente, levando a essas nações à ruína e o colapso económico. (...) As mudanças estruturais e sociais são inevitáveis. Produzir-se-ão mais tarde ou mais cedo e serão tanto mais profundas quanto maior e insolúvel for a crise, que não é simplesmente conjuntural. Nem Cuba pode exportar a Revolução, nem os Estados Unidos podem impedi-la (...)

## «Interesses vitais»

Nem sempre os objectivos políticos ou as razões que os fundamentam são claramente explicitados pelos políticos burgueses. Exemplo disso é o recente discurso de Reagan (apressadamente metatranscrito em pomba) em que se pretende mesmo, em palavras, a negociação e o acordo com o «centro do mal».

Mas por vezes os factos são afirmados com particular clareza.

É o caso do discurso pronunciado por Caspar Weinberger perante a Câmara de Comércio de Nova Iorque, em que, referindo-

-se aos «compromissos globais» dos EUA, e a sua incidência sobre a política de defesa, exemplifica:

«O facto de empresas industriais japonesas e da Europa Ocidental utilizarem como combustível petróleo proveniente do Médio Oriente, leva a que, neste momento, o nosso apoio de sempre à segurança da NATO e do Nordeste Asiático se torne também extensivo ao Médio Oriente. E que dizer sobre a dependência dos nossos ramos industriais altamente desenvolvidos em relação aos minérios de grande importância estratégica de

que os jazigos só se encontram em África e na América Latina? 60 por cento do nosso cobalto provém da África do Sul e do Sara, cobalto que é indispensável para a produção de motores a jacto e outros produtos industriais muito importantes. Ou ainda, os nossos mercados, as nossas vias comerciais, que se estendem por todo o planeta? (...) Os nossos compromissos e os nossos interesses vitais estendem-se por todo o mundo, sendo idêntico o carácter que hoje assume o perigo que nos ameaça.»

# Conferência de Estocolmo

## O difícil caminho da Paz

Iniciaram-se dia 17, em Estocolmo, os trabalhos da Conferência sobre Medidas de Reforço da Confiança e da Segurança e sobre o Desarmamento na Europa.

Conferência que, em si mesma, constitui uma vitória das forças da Paz na Reunião de Madrid. Uma vitória da comunidade socialista, e da luta dos povos contra a corrida aos armamentos — arrancada a ferros, numa reunião que o capital internacional, e em particular o imperialismo norte-americano, não só tentou esvaziar de conteúdo, como transformar numa tribuna do anti-comunismo.

Conferência tanto mais importante quanto se realiza num momento particularmente difícil da vida do continente Europeu, que a implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos empurrou até limites perigosos para toda a humanidade. Testemunho de que lutar vale a pena, de que está nas nossas mãos a conquista da Paz.

Não se trata, naturalmente, de um caminho fácil. Ainda não iniciados os trabalhos da Conferência de Estocolmo, e já eram conhecidos pontos de descontrolo e divergências. Já se falava de que propostas tendentes à criação de zonas desnuclearizadas na Europa, poderiam ser contestadas em nome do — já tão martelado, e no entanto obviamente falso — «desequilíbrio estratégico». E é de calcular que a digressão europeia de Schultz, não terá sido propriamente para aconselhar os seus aliados da NATO a apostarem no diálogo, e numa conclusão construtiva dos trabalhos de Estocolmo. Isto apesar das palavras — só palavras — cinicamente conciliatórias da última intervenção de Reagan. Não é de Paz o espírito da NATO. E para comprovar isso, basta lembrar as muito recentes palavras de Luns que, então como secretário-geral da NATO, afirmou, a laia de balanço na reunião

atlântica realizada nos primeiros dias de Dezembro: «Os acontecimentos dos últimos doze meses não podem deixar de satisfazer quem, como eu, é partidário devoto de uma aliança forte e confia no seu futuro».

Mas embora difícil — o caminho está aberto. Barreira à escalada da política belicista da Casa Branca. É clara a política da comunidade socialista em favor da Paz — que agora se concretiza em novas propostas por uma Europa livre de armas químicas. Como é clara a persistência dos povos da Europa e do mundo, no prosseguimento de uma batalha que, porque é vital, é de todos nós.

### E Portugal — que posições?

Entre os 35 Estados neste momento representados na capital sueca (todos os países europeus, menos a Albânia, e ainda os Estados Unidos e o

Canadá) está o nosso país. Com que representatividade real dos interesses e da vontade do povo português? Com que posição — de facto — para além da retórica dos discursos?

Parece que seria cedo para falar disto. Mas talvez não. Sobram factos e declarações que bem traduzem o conteúdo da actual política externa do governo PS/PSD. Alguns dos quais valerá aqui a pena lembrar.

● Novos acordos foram recentemente assinados em relação à utilização, pelos EUA, da base das Lajes. Como de costume — e o secretismo de resoluções e negociações não pode deixar de nos levar à suspeita de que o que se pretende é ocultar perante o povo português o que é feito contra os seus mais vitais interesses — nada de concreto se sabe sobre o que foi realmente acordado. Mas o pouco que vai sendo conhecido é suficientemente preocupante para levar mesmo o secretariado do PS dos Açores a criticar a forma como as negociações decorreram e a manifestar o seu — fundamentado — receio, de que os novos acordos possam transformar os Açores numa base de agressão, numa zona integralmente militarizada.

E se Jaime Gama vai afirmar a um jornal de Bagdad que «o acordo assinado com os americanos não permitirá aos EUA servir-se dela contra os árabes sem o consentimento do governo português» — convém aqui recordar que os Açores já foram utilizados contra os povos

árabes. O que só confirma, uma vez mais, cingindo-nos à palavra de Gama, a subordinação da política externa portuguesa aos interesses de Washington.

● Mas não se trata só das Lajes — transformada num dos porta-aviões insubmersíveis que os EUA multiplicam por esse planeta fora. Esse é simplesmente um primeiro passo no perigoso agravamento da sujeição do país aos interesses estratégicos-militares do imperialismo norte-americano. Ainda este mês terá início as negociações relativas a uma estação de rastreio, com objectivos estratégicos e a presença de militares norte-americanos — a ser possivelmente implantada no Algarve. E Beja está na «bicha» das concessões. Beja, tema que o embaixador norte-americano em Lisboa preferiu silenciar, numa entrevista ao «DN» em que ressaltava de forma ostensiva a posição de Portugal como peça no xadrez de Washington: «estou de acordo com as autoridades portuguesas em não falar dessas negociações».

Neste momento, Mota Pinto visita bases norte-americanas e encontra-se com Weinberger e com Bush. Para quê?

### Um necessário alerta

Razões de sobra para o oportuno alerta do Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal. Impõe-se — como se afirma nesse documento — «aos órgãos de soberania decidir clara e inequivoca-

mente da interdição da utilização do território nacional quanto à instalação, ao estacionamento ou ao trânsito de armamento nuclear».

Exigência tanto mais premente, quanto, «periódicamente, membros do governo fazem declarações sobre a instalação de armas nucleares em território nacional». Afirmações ambíguas, evasivas e contraditórias. «Mas o facto é que, sob o pretexto da confidencialidade, os portugueses continuam a não ser informados sobre as reais facilidades já concedidas, ou em fase de negociação, à «força de intervenção rápida» dos EUA nas bases das Lajes e de Beja.

«Entretanto, continuam a transitar e a estacionar no Tejo submarinos equipados com mísseis nucleares e a fazer escala nas Lajes, aviões que transportam armas nucleares».

Razões que igualmente fundamentam a actual proposta de projecto lei do grupo parlamentar do PCP, de que o artigo único afirma: «1. Não é permitida a instalação, armazenamento, estacionamento ou trânsito de armas nucleares em território nacional.

2. Fica igualmente vedado o estacionamento e trânsito de quaisquer unidades ou meios de transporte, militares e não militares, que sejam portadores de qualquer tipo ou peça de armamento nuclear».

É esta a única posição que corresponde aos interesses do povo português. Esta a única posição que corresponde aos interesses da Paz Mundial.

## África

# A lição da Tunísia

Segundo dados da Liga tunisina dos Direitos do Homem, mais de uma centena de mortos e cerca de 500 feridos foi o trágico balanço da repressão desencadeada nos primeiros dias do ano contra os protestos populares na Tunísia pelos brutais aumentos do preço do pão e outros produtos de primeira necessidade.

O movimento popular que ficou conhecido como a «guerra do pão», pagou assim um elevado preço para que as autoridades tunisinas recuassem na aplicação de medidas de aus-

O presidente Bourguiba foi forçado a demitir ministro do Interior, a repor o antigo preço do pão, farinhas e cereais (cujos aumentos nalguns casos ultrapassavam os 70 por cento e



As receitas do FMI não deram resultado, e o presidente Bourguiba, sob a pressão das massas, teve que «dar a volta». Uma lição aprendida?

teridade ditadas pelo FMI e Banco Mundial, no contexto da conhecida receita da «verdade de preços».

Conseguiram-no, no entanto, e o facto não pode deixar de ser considerado como uma vitória do movimento de massas, que não se intimidou com a imposição do Estado de emergência que quase paralisou o país.

Certamente que nem em todo o lado os movimentos de massa assumiram as proporções registadas na Tunísia, ainda, mas nem por isso a «guerra do pão» é menos elucidativa do que pode vir a ser a reacção às soluções do imperialismo para a austeridade, a inflação, a alta de preços, a recessão e o desemprego.

Trata-se de uma lição a reter, pese embora as diferentes opções e caminhos de cada país; é que os mesmos males podem provocar os mesmos efeitos.

A degradação das condições de vida, na Tunísia como em Portugal, no Brasil como em Chile, não se supera com as medidas do FMI ou do Banco Mundial. Não o reconhecer atempadamente pode significar o derramamento de sangue mais trágico ainda do que o ocorrido na Tunísia.